

|         |              |                               |                           |
|---------|--------------|-------------------------------|---------------------------|
| FUNDO   |              | PARQUE RIBEIRO                | BRAN, N. 15 - CX 13, PT 8 |
| NOTAÇÃO | Código Atual | Título                        |                           |
| Caixa   | Data         | CONTABILIDADE PATRIARCAAL JUS |                           |
| Pasta   |              | Notas 79 p.                   |                           |

Resumo

1955/56

ST.CX131PT 8, P. 1



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Comissão Episcopal → diretoria de doutrina

↓  
assessoria técnica

Comissão Central

← Teologia \*

Comissão doutrina - }  
||  
||  
||

Liturgia →

Opin. Pública →

Com. Ação Social →

Super. de Seculidade Nacional +

↓  
Secul. Geral no âmbito de execução

↓  
Sub. Secul. -

↓  
Secul. Regionais

Conferência de Teologia de Baur - ? -

Comissão Episcopal

Teologia - ✓

Liturgia - ✓

Edu. Católica - ✓

Evangel. e Relig. - ✓

Orientações Sociais (?) - Prof. de Doutrina Social +

Fé e Moral +

Op. Pública

Des. Cab. e Op. Soc.

Visões Escendidas

Pró-Integr. Sem Ben. Roue



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

## Injustiças

- ✓ — Os problemas que se põem não apenas visam ao ordenamento nacional mas também em vista internacional. —  
Ex.: impense, salário
- ✓ — Falar em universidades e escolas de negócios.
- ✓ — Ilustre que pare os livros
- ✓ — Assessorie e comissões e não  
II e assessorias
- ✓ — Em vez de "estabelecimentos" - rede de ensino, ou sistema de ensino primário, médio e sup. dentro das necessidades e possibilidades regionais
- ✓ — Idéia de "comunidade" deve ser incluída nas referências aos sistemas de ensino.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

## Argumentos

- ✓ — Comissão de Opiniões Públicas —  
Pública e palavra "informar"
- ✓ — "Das estruturas de assessoria técnica"  
ajustar e nomear responsáveis à pag.  
11 onde está esboçado.
- ✓ — também as regiões como o Cons. de  
Geografia as divide —
- ✓ — Unificar nomenclatura of Secretariado geral?



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Objeto especial -

Indicação (?)

Conduzir de acordo com o conteúdo do processo

Relatar as ocorrências, evitando  
fornecer informações aneddoticas.  
deixar -

Ter -

Pro →

→



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- 1 - apelo de Sant'Anna -
- 2 - Situação da Pastoral no Brasil  
Influência do P. Anthe - ⊗
- 3 - Esforços dos Bispos e Leigos  
 } experiência do protestantismo + ⊗  
   conselho +
- 4 - Influência dos Grupos -  
Maravilha → Experiências Sociais?  

|       |       |   |
|-------|-------|---|
| Rozzi | Bural | ⊗ |
|       | Urban | ⊗ |
- 5 → Humana e Material
- 6 - Meios físicos, humanos e materiais -



quando a cada um deles ~~seleciona~~ <sup>participa</sup> nos trabalhos de comunidade x

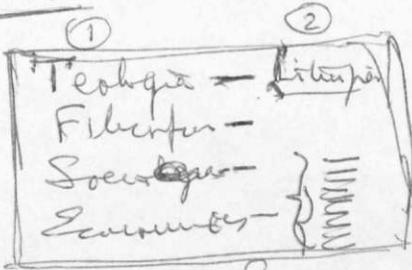


MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Plano

- 1- CNBB
- 2- União de CERIS

C. Central Sec. Geral



③ Educação e Cultura

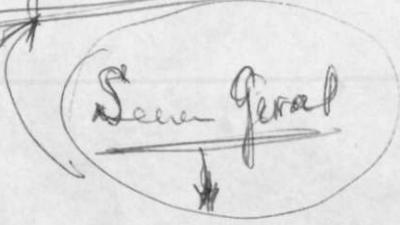
Orientação e Membros

opm Publica

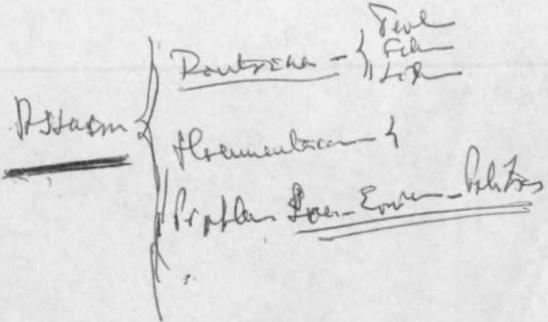
Exercício  
↓



Reorganização



da



Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header.

Handwritten text, possibly a name or subject.

Carta ao Helder

- 1) Objetivos II) Expos missão desafios :
- a) pelo seu interesse demonstrado realmente por um futuro que concorda com o ter da maior grandiosidade e importância.
  - b) Pelo contínuo e crescente ação fora de uma direção coerente com a sua missão apóstolica face a realidade brasileira.
  - c) pelo desprontidão que dia a dia se vêm os que estão comprometidos o problema brasileiro, com o apoio decisivo de que se de forma suprema e decisiva se avizora ao duma do mesmos problemas.

II) Tomar posição

- 2) Quais \* a) o que se pretende :
- 1 - História - (antigo) -
  - 2 - " - (recente) -
  - 3 - o plano -
  - 4 - os resultados positivos -
  - 5 - " " negativos obtidos -
  - 6 -
  - 7 -
  - 8 -
  - 9 -
  - 10 -

- b) o que está se fazendo a Cruzada J. Lib. e o que se pode esperar de Cruz. Recup.
- 1 -
  - 2 -
  - 3 -
  - 4 -
  - 5 -
  - 6 -
  - 7 -
  - 8 -
  - 9 -
  - 10 -

- c) as consequências por os que são esperados a trabalhar pela melhoria da comunidade.
- 1 -
  - 2 -
  - 3 -
  - 4 -
  - 5 -
  - 6 -

- 3- Conclusões -
- a) Propriedade em relação a obra a Helder +
  - b) Propriedade em relação a prática mas a direção +
  - c) Propriedade para o povo brasileiro +
- Possibilidade?! - Não!!

Nome: João Paulo Almeida Magalhães

Idade: 28 anos

Cursos: Curso de Direito de Faculdade Católica.  
Economia e Finanças da Faculdade de Droit - France  
Direito Comparado de Faculdade Católica  
Curso de Economia - Inglaterra -

Atividade Principal Atual -

Economista da Confederação Nacional das  
Indústrias. Professor de Direito de P.D.F.

Procurador Interino de Faculdade de Goiás  
Candidato Mendes (na graça)

Características especiais - espírito discursivo, preocupado com objetividade,  
evita o excesso de dirigismo, costuma com  
qualquer grupo, preocupa-se com os problemas  
brasileiros

Grupo a que pertença - Afasta-se do pensamento de qualquer  
grupo. [Confidencial: divergi do IBECC  
do qual fiz parte por falta de coerência quanto  
a salários mínimos; desligou-se com uma carta  
expondo a incoerência; desligou-se do Itatuaie  
depois de um longo período, por excesso de  
dirigismo.]

Referências: Carlos Chagas Filho

# CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

## ESTATUTOS

(Registrado sob o n.º de ordem 4009 no Livro n.º A 3  
e do Protocolo n.º 9008 — Livro n.º A 1 em 4-10-1955)

# CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

## ESTATUTOS

(Registrado sob o n.º de ordem 4009 no Livro n.º A 3  
e do Protocolo n.º 9008 — Livro n.º A 1 em 4-10-1955)

## ESTATUTOS DA CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

## CAPÍTULO I

*Da Cruzada, Sede e Fins*

Art. 1 — A Cruzada São Sebastião, pessoa jurídica de direito privado, tem como finalidade dar solução humana e cristã ao problema das Favelas do Rio de Janeiro.

§ único: A Cruzada terá em vista, de modo especial, o IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro (20 de janeiro de 1967), como data ideal para a completa urbanização das Favelas da cidade.

Art. 2 — A Cruzada tem a sua sede na cidade do Rio de Janeiro e sua duração é ilimitada.

Art. 3 — Para realizar seus fins a Cruzada procurará, para cada Favela, a solução mais indicada, salvaguardados os seguintes princípios:

a) agir congregando ao máximo as forças disponíveis da iniciativa particular e do Poder Público, acima de divisões político-partidárias e discriminações raciais;

b) conjugar medidas de solução direta com providências de ordem geral para que o trabalho empreendido não redunde em agravação do problema das Favelas;

c) dar à ação educativa o lugar essencial que lhe cabe e no campo educacional ir à fonte que é a família como a melhor das providências em favor dos menores.

Art. 4 — A Cruzada atuará em íntima colaboração com a Fundação Leão XIII, como refôço ocasional a sua obra permanente.

## CAPÍTULO II

### *Do Patrimônio Social*

Art. 5 — O patrimônio social será constituído por subvenções, auxílios, legados, donativos, rendas e outras contribuições de qualquer natureza. Os membros da Cruzada não respondem pelas obrigações sociais.

## CAPÍTULO III

### *Da Administração da Cruzada*

Art. 6 — A Cruzada será administrada por uma Diretoria composta de Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro.

§ único: O Arcebispo do Rio de Janeiro, presidente nato da Cruzada, nomeará o Secretário e o Tesoureiro.

Art. 7 — A Diretoria será assistida pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Consultivo
- b) Conselho Fiscal
- c) Assembléia Geral

Art. 8 — Na Diretoria da Cruzada compete ao Presidente:

- a) apresentar ao Conselho Consultivo o esquema do planejamento dos trabalhos;
- b) aprovar o plano a ser adotado;
- c) representar a Cruzada em Juízo ou fora d'ele;
- d) fornecer ao Ministério Público os elementos exigidos pelo art. 26 do Código Civil;
- e) assinar com o Tesoureiro os cheques e ordens de pagamento emitidos pela Cruzada e quaisquer do-

cumentos públicos ou particulares necessários ao recebimento dos elementos de receita de que trata o cap. II;

f) adquirir, alienar, gravar ou onerar quaisquer bens móveis ou imóveis pertencentes à Cruzada;

g) velar pela fiel execução do plano de trabalho adotado e pelo cumprimento dêste Estatuto e demais Regimentos internos;

h) resolver, com audiência do Conselho Consultivo, os casos omissos nesses Estatutos;

i) organizar anualmente o Relatório e a prestação de contas e apresentá-los ao Conselho Fiscal até o dia 30 de janeiro.

Art. 9 — Compete ao Secretário Geral:

a) praticar todos os atos referidos nas letras *c*, *e*, *f*, *g* e *i* do art. anterior, que também são atribuídos ao Presidente;

b) colaborar com o Presidente em todas as demais funções discriminadas no art. anterior, substituindo-o em seus eventuais impedimentos;

c) responder pelas atas das sessões da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, bem como, nos termos do Cap. IV, da Assembléia Geral.

Art. 10 — Compete ao Tesoureiro:

a) a escrituração patrimonial da Cruzada em livros próprios devidamente autenticados pelo Presidente e em forma mercantil, tendo sob sua guarda a conservação de todos os papéis, documentos de caixa, títulos e valores de qualquer natureza;

b) fornecer à Diretoria balancetes mensais extraídos da escrituração, bem como informes minuciosos sobre a vida financeira da Cruzada e a situação de sua Caixa;

c) levantar balanços gerais no fim de cada ano, com demonstração da conta "Lucros e Perdas", encaminhando ao Presidente com Relatório sobre a situação do ano financeiro;

d) assinar com o Presidente os balancetes e balanços já referidos bem como todos os atos e papéis de sua competência;

e) recolher a Bancos, aprovados pela Diretoria, todos os valores em dinheiro excedentes a dez mil cruzeiros, bem como títulos nominativos ou ao portador representativos de valores incorporados ao patrimônio da instituição;

f) substituir o Secretário nos seus impedimentos.

#### CAPÍTULO IV

##### *Do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal*

Art. 11 — O Conselho Consultivo tem por missão:  
— colaborar no planejamento geral de trabalhos e sua distribuição em etapas;

— reexaminar os planos estabelecidos, sempre que as circunstâncias o aconselharem.

§ 1. A determinação do número de membros do Conselho Consultivo, bem como a escolha e a nomeação dos mesmos, cabem ao Arcebispo do Rio de Janeiro.

§ 2. O Conselho Consultivo se reúne, ordinariamente, cada trimestre e sempre que convocado pela Diretoria.

Art. 12 — O Conselho Fiscal tem por missão:

— dar parecer sobre o relatório e as contas anuais apresentados pela Diretoria;

— 7 —

— solicitar à Diretoria quaisquer informações relativas à administração dos serviços da Cruzada.

§ 1. Os membros do Conselho Fiscal, em número de 7, serão nomeados para o prazo de 2 anos pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, de acôrdo com as seguintes indicações:

- 1 membro indicado pelo Exmo. Presidente da República;
- 1 membro indicado pelo Exmo. Prefeito do Distrito Federal;
- 1 membro indicado pelo Presidente do Senado Federal;
- 1 membro indicado pela Câmara dos Deputados;
- 1 membro indicado pela Câmara do Distrito Federal;
- 1 membro indicado pela Associação Brasileira de Imprensa;
- 1 membro indicado pela Associação Brasileira de Rádio.

§ 2. O Conselho Fiscal reunir-se-á, na 2.<sup>a</sup> quinzena de janeiro, para apreciar o relatório e contas apresentados pela Diretoria da Cruzada, e, extraordinariamente, sempre que seus membros o julgarem necessário.

§ 3. O *quorum* para deliberações será de 4 membros

## CAPÍTULO V

### *Da Assembléia Geral*

Art. 13 — A Assembléia Geral, composta da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, reunir-se-á em três casos:

- a) para a ampliação das finalidades da Cruzada;

- b) para a extinção da Cruzada;
- c) para a reforma destes Estatutos.

Art. 14 — Em caso de extinção da Cruzada, o eventual ativo da mesma passará à Fundação Leão XIII se esta estiver em funcionamento e aceitar o legado ou, em caso contrário, à Instituição indicada pela Assembléia Geral.

Art. 15 — As sessões da Assembléia Geral serão convocadas mediante aviso publicado, com antecedência de 3 dias, no Diário Oficial e em dois jornais de grande circulação da Capital Federal.

§ único: A segunda chamada poderá ser realizada uma hora após a primeira, devendo essa circunstância constar no edital da convocação.

Art. 16 — A Assembléia Geral poderá deliberar em primeira convocação com a presença de 10 de seus membros e, em segunda, com a presença de 1 dos membros da Diretoria, 2 do Conselho Consultivo e 2 do Conselho Fiscal.

§ único: As deliberações serão tomadas pela maioria de votos e penderão da aprovação final do Arcebispo do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO VI

### *Das disposições gerais*

Art. 17 — O ano financeiro da Cruzada coincide com o ano civil.

Art. 18 — Será gratuito o trabalho prestado pelos membros da Diretoria, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro 29 de Setembro de 1955

S7, CX 13, PT. X, P. IV

Baptista de Souza & Cia.  
Rua do Livramento, 103 — Rio

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DECLARAÇÃO DOS BISPOS DO NORDESTE

Campina Grande, 21 a 26 de maio de 1956

## SUMÁRIO

### I) Sentido do Encontro dos Bispos do Nordeste

### II) Planejamento e Investimentos

1. O Nordeste como investimento
2. Causas gerais e básicas da ausência de planejamento
3. Falta de planejamento e causas de ordem moral
4. Considerações sobre planejamento para o Nordeste
5. Intuitos destas citações
6. Paterna advertência aos economistas

### III) Agricultura - Crédito Rural - Colonização

1. Breve caracterização da vida econômica e social da Região.
  - a) Caráter agropastoril da região e atraso técnico
  - b) Problemas da terra e da população
2. Os Serviços e as Instituições técnicas que atuam na Região
  - a) Serviço de Fomento Agropecuário
  - b) Crédito agrícola
  - c) Serviços de colonização
3. Conclusão que antecipamos

### IV) Serviços sociais e educativos

1. Princípios a salvaguardar
2. Nordeste, área de prioridade na implantação do Serviço Social Rural
3. Duas conclusões que merecem destaque

### V) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para sua solução

1. Justificado o interesse pela energia elétrica em geral e por Paulo Afonso em particular
2. Características da utilização inicial de Paulo Afonso
3. O aproveitamento do S. Francisco: etapas subsequentes
  - a) Plano de obras para 1956
  - b) Itaparica-Três Marias
  - c) Melhoramento da Barra do São Francisco
  - d) Desenvolvimento do Médio e do Baixo São Francisco
4. Fonte de lições o São Francisco

### VI) Programa de execução imediata

1. O Governo Federal e o Encontro dos Bispos do Nordeste
  - a) Importância atribuída ao Encontro de Campina Grande
  - b) Órgãos que participaram das reuniões preparatórias
  - c) Planejamento a longo prazo e plano de execução imediata
  - d) Diretrizes para a escolha da Experiência-piloto
  - e) Resultados práticos das reuniões preparatórias
  - f) O trabalho do 5º Grupo de Estudos, em Campina Grande
2. A Igreja e a Experiência-piloto
  - a) Somos gratos ao interesse do Governo
  - b) Não somos fiadores da experiência anunciada
  - c) A Experiência piloto não deverá importar na paralisação das demais obras.

### VII) A Igreja em face dos problemas do Nordeste

1. Justificativa de uma intervenção
2. Posição exata
3. Clero e Ação Católica no Nordeste

### VIII) Conclusão

## I) Sentido do Encontro dos Bispos do Nordeste

O Encontro dos Bispos do Nordeste - convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com apóio pleno da Exma. Nunciatura Apostólica e realizado em Campina Grande, de 21 a 26 de maio de 1956 - foi oportunidade providencial para que os Arcebispos e Bispos desta região, ao longo da Oitava de Pentecostes, nos detivéssemos ante os principais problemas nordestinos, através de 6 temas fundamentais:

- A) Planejamento e investimentos
- B) Agricultura, Crédito Rural. Colonização.
- C) Serviços sociais e educativos.
- D) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para sua solução.
- E) Programa de execução imediata
- F) A Igreja em face dos problemas do Nordeste.

A ninguém cause estranheza ver-nos envolvidos com problemas de ordem material. Para o homem, unidade substancial de corpo e alma, a interrelação entre questões materiais e questões espirituais é constante.

Não cause também espécie ver-nos aparentemente muito ligados a Órgãos e Poderes Públicos. No lugar oportuno ficará bem clara a absoluta independência com que agimos, de Poder Espiritual a Poder Temporal, com a maior isenção de ânimo e com o mais elevado propósito de servir.

Moveram-nos a fé, a esperança e a caridade. Fé na Providência Divina que, em seus desígnios eternos, nos confiou os nordestinos como filhos. Esperança na graça divina que nos suprirá as deficiências no ver, no julgar e no agir. Caridade para com Deus e para com o próximo, inclusive e sobretudo para com aqueles que nos foram entregues e pelos quais responderemos no último dia.

## II) Planejamento e investimentos

### 1. O Nordeste como investimento

Pode ser discutível se o Nordeste é investimento regular, bom ou ótimo. Mas é indiscutível que é investimento produtivo, com a condição, porém, de contar com planejamento adequado.

### 2. Causas gerais e básicas da ausência de planejamento

Os especialistas nos indicarão causas gerais e básicas desta ausência de planejamento:

- faltam critérios científicos para a identificação dos problemas regionais e falta pessoal técnico habilitado para a coleta de dados e a análise de fatos relativos à economia regional, indispensáveis a uma compreensão ampla da situação econômica geral e das interrelações dos diversos setores;
- possuem os programas regionais adotados sérias características limitativas (caso p. ex. das obras "contra as secas") por atingirem os efeitos e não as causas, serem defensivos e não construtivos;
- é quase completa a descoordenação entre os Órgãos públicos que atuam na região: não raro dentro de um mesmo Ministério e mais ainda de Ministério a Ministério, ou de serviços federais e estaduais e municipais;
- falta uma política financeira adequada, a ser não apenas adotada pelos Estados, mas especialmente aceita e seguida pelos Órgãos da política monetária da União: política que regionalize ou federalize as normas financeiras relativas tanto ao ritmo e aos critérios de pagamentos do orçamento federal, como ao crédito, de sorte que as finanças federais exerçam um papel compensatório nas crises estacionais ou ocasionais da economia regional.

### 3. Falta de planejamento e causas de ordem moral

Não são menos graves e menos influentes causas de ordem moral, de certo modo decorrentes dessas causas gerais:

- proliferação de projetos, importando em pulverização de verbas, e isso, proximamente, devido, em muitos casos, a preocupações eleitoralistas da política partidária; remotamente, devido a reivindicações locais, legíti

mas e louváveis quando cabíveis e justas, e, sobretudo quando não importam em prejuízo de planos regionais de sentido mais amplo e construtivo;

- desvios de verbas que infelizmente ocorrem, pois ao lado de funcionários honestos e dignos, em maior número, há aqueles que deshonram a classe e usam os dinheiros públicos de maneira criminosa, tendo quase sempre o cuidado de agir sem deixar impressões digitais.

4. Considerações sobre planejamento para o Nordeste

Se continuarmos a ouvir especialistas em planejamento e investimentos, eles nos dirão no tocante a Nordeste:

- que é indispensável considerar certas condições estruturais ou permanentes da economia regional, como seja a natureza de seus recursos;
- que é um absurdo, p. ex., estender à região numerosas limitações dos chamados "planos de economia" e de certas restrições de crédito, segundo os mesmos critérios e escalas adotados no sul do país;
- que há, quanto à política de câmbio e importações, prioridades a salvaguardar para a região, como registro de transferência de capitais, reduzindo-se a exigência quanto ao risco de sua cobertura pelo mercado livre; registro de financiamentos estrangeiros em condições mais favoráveis; financiamento de importações, especialmente equipamentos e matérias primas, uma vez que efetivamente destinados à utilização na região, com menores exigências; quotas de câmbio para tais importações e para programas públicos considerados prioritários no plano de desenvolvimento regional; âgio mais favorável para equipamentos destinados a indústrias típicas da região;
- que há, em face dos investimentos básicos existentes ou em curso e das disponibilidades potenciais de eletricidade (Paulo Afonso) e petróleo (Mataripe) pontos a considerar como fundamentais: acelerar a instalação das redes locais de distribuição de eletricidade, inclusive para irrigação, mas, sobretudo, aproveitando as concentrações urbanas existentes e as possibilidades industriais; melhorar o sistema de distribuição a granel de combustíveis líquidos no interior;
- que há, quanto a transportes e comunicações, recomendações a fazer: atualizar e levar a pronta execução os estudos iniciados sobre as ferrovias da região; acelerar o programa nacional da navegação de cabotagem que é um dos problemas básicos para o Nordeste, com amparo, também, a programas locais de navegação; elaborar um plano rodoviário integral sem distinguir rodovias federais, estaduais e municipais, mas tendo em mira o estabelecimento de prioridades, de acordo com os objetivos econômicos imediatos e com a conveniência de coordenação com os outros meios de transportes; reequipar o Departamento de Correios e Telégrafos da região que vive praticamente isolada;
- que há, quanto à luta contra os efeitos das secas, setores importantes a atender: melhor aproveitamento das zonas úmidas da região, da mineração e industrialização, de sorte a tornar possível, pela diversificação de atividades e pelo desenvolvimento geral, reduzir a importância das secas para a economia regional, tornando os efeitos das secas irrelevantes para o conjunto da economia nordestina; na própria área sujeita às secas, reduzir-lhes o impacto pela criação de reservas, pelo armazenamento e ensilagem, e pelo beneficiamento, conservação e industrialização; combate direto às secas: obras (reservatórios e irrigação) e educação para melhor uso da água e da terra; racionalização do socorro de emergência nos casos de seca, aproveitando ao máximo o esforço local.

Outras indicações são facilmente encontradas quanto a indústrias de consumo; a agricultura e abastecimento; à formação de indústrias básicas e outros capítulos de importância real.

5. Intuitos dessas citações

Com essas citações temos em vista alguns intuitos muito claros e muito firmes. Além de tornarmos fácil o entendimento do capítulo das Conclusões relativo a Planejamento e Investimentos, pretendemos:

- manifestar nosso apreço por estudos que possibilitem ao nordeste surgir com atitude nova perante o Governo Federal;
- recomendar a nosso Clero e ao laicato católico, especialmente à Ação Católica

ca aprofunde as indicações feitas e outras de igual valor, de modo a contribuir decisivamente para a mudança de mentalidade no tocante a problemas nordestinos;

- recomendar (por que não dizer?) aos políticos nordestinos, dos vários Partidos e atuando na esfera municipal, estadual ou federal que se inteirem, sempre mais, destas noções básicas quanto a planejamento e investimentos para o Nordeste.

#### 6. Paterna advertência aos economistas

Falando assim, somos insuspeitos para dar aos economistas um conselho importante para a própria interpretação econômica da realidade nordestina ou nacional: a economia que se isola e corta ligações com a moral se torna inhumana e irreal.

Quando se diz que "um programa de desenvolvimento econômico tem como objetivo último a elevação da renda real, através do aumento da produtividade" se apanha apenas uma face da realidade. Leão XIII diz de modo perfeito: "o que torna uma nação próspera são os costumes puros, as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição equitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se os há, do mesmo gênero" ("Rerum no varum").

Pio XI ainda é mais explícito quando afirma: "Nenhum dirigente da economia pública, força alguma de organização poderá solucionar pacificamente os conflitos sociais, se primeiramente não triunfar, no próprio campo da economia, a lei moral, cimentada em Deus e na consciência. Este é o fundamento de todo valor, tanto na vida política como na economia das nações. Esta é a moeda segura que, se mantida firme, fará com que também as outras estejam asseguradas, ficando por fiadora a lei imutável e eterna de Deus" ("Caritate Christi compulsi").

De Pio XII o difícil é escolher, tão numerosos e oportunos são os avisos contra o excesso de esperança no econômico. Eis um trecho de uma de suas célebres Rádio-Mensagens do Natal. Estávamos em plena guerra (1945) e o Papa faz alusão expressa aos que puseram a confiança na expansão mundial da vida econômica: "Entre as filas destes amargurados e desenganados não é difícil indicar aqueles que puseram sua inteira confiança na expansão mundial da vida econômica, julgando só ela fôsse capaz de reunir em fraternidade os povos, e prometendo a si próprios obter da sua grandiosa organização, cada dia mais aperfeiçoada e requintada, progressos inauditos e inesperados de bem-estar para a sociedade humana.

Com quanta complacência e orgulho contemplaram o aumento mundial do comércio, o intercâmbio, através dos continentes, de todos os bens e de todos os inventos e produções, o caminho triunfal da difundida técnica moderna, que transpunha todos os limites do espaço e do tempo! Hoje, ao contrário, na realidade, que é o que experimentam? Vêem já que essa economia, com as suas gigantescas relações e vínculos mundiais, e com a sua superabundante divisão e multiplicação do trabalho, cooperava de mil maneiras para tornar geral e mais grave a crise da humanidade, ao passo que, se não a corrigisse nenhum freio moral, e se nenhum olhar para além da terra a iluminasse, não podia deixar de terminar numa indigna e humilhante exploração da pessoa humana e da natureza, numa triste e pavorosa indigência por um lado, e, por outro lado, numa discórdia atormentadora e implacável entre privilegiados e destituídos: desgraçados efeitos que não ocupam o último lugar na longa cadeia de causas que conduziram à imensa tragédia atual."

### III) Agricultura - Crédito Rural - Colonização

#### 1. Breve caracterização da vida econômica e social da região

##### a) Caráter agro-pastoril da região e atraso técnico

Os técnicos em agricultura lembraram muito oportunamente:

O Nordeste do Brasil, com 14% da área do País e vinte milhões de habitantes é uma região típica de economia agropastoril, abrangendo pequenas manchas de industrialização da cana de açúcar, algodão, agave e de cera de carnaúba, esta aproveitada sob cuidados muito primários.

A cultura da cana, dos cereais, do algodão e outras fibras e a criação de animais de grande e pequeno porte têm tradicionalmente constituído a base da vida econômica e social do povo regional.

Esta gente trabalha sem técnica e sem ajuda de recursos técnicos.

Efetivamente, em inquérito recentemente promovido pela Comissão Nacional de Política Agrária, ficou provado que, em cerca de 90% dos municípios rurais do Nordeste, o fogo, a enxada e o trabalho manual constituíam os exclusivos instrumentos de ação do agricultor da região.

Estes fatos explicam ainda que o setor primário da atividade econômica - a agricultura - concorre com apenas 41% para a renda regional.

O baixo nível de inversão de capitais, o reduzido rendimento por unidade de área e a absorção de elevada percentagem da mão-de-obra não especializada em rotineiras atividades ligadas ao solo e à criação - eis, em grandes linhas, a configuração da vida econômica, na região.

A inexistência ou desarticulação dos vários serviços que deveriam suplantar esta economia semi-feudal - serviços de crédito, armazenagem, comercialização dos produtos, serviços de educação, de saúde, de formação de base e de preparação para uma vida melhor - completa o resto do quadro.

b) Problemas de terra e população

Surgiram, em nosso Encontro, sobre problemas de terra e população, considerações dignas de maior ressonância:

Da população total, 79% vivem no meio rural e 21%, nas cidades e vilas. A despeito de, em 1950, quase 3.800.000 nordestinos, com mais de 10 anos de idade (população ativa) se dedicarem a atividades agropecuárias e extrativas, há, todavia, no Nordeste Maior apenas 742.000 propriedades rurais, o que significa que, aproximadamente, três milhões de nordestinos com mais de 10 anos de idade se vêm na contingência de trabalhar em terra alheia.

É evidente que, no ângulo da atividade rural, não sendo a terra o único fator capaz de resolver, de aliviar ou atenuar o êxodo desordenado rural-urbano, é ela sem dúvida um dos fatores de maior importância para, conjugado a outros, fixar o homem com sua família ao meio, através do lote agrícola familiar.

Em confronto com o Brasil, já começa a se fazer sentir certa pressão demográfica em determinadas zonas internas do Polígono. Em média, a densidade demográfica é, aqui, duas vezes superior a do País em seu conjunto (11,3 contra 6,1, em 1950). E em alguns municípios do litoral úmido chegou esta densidade a atingir a mais de 200 habitantes por km<sup>2</sup>, como é o caso do município pernambucano de Carpina, onde a concentração demográfica chegou a 226 habitantes por km<sup>2</sup>.

Antes, pois, de pensar em resolver o problema em termos de deslocar para outras regiões do País o excedente humano não utilizado, anualmente em crescimento, e já acossado pelo fenômeno do desemprego ou do subemprego, urge utilizar, na própria área do Polígono, as terras férteis e suscetíveis de aproveitamento econômico pela agricultura e pela colonização, nelas radicando boa parte desse excedente cujo destino, no momento, é a emigração forçada.

Cabe um rápido comentário quanto aos solos do litoral úmido, tradicionalmente aproveitados quase tão somente na economia canavieira, sobre as boas terras ainda existentes nos vales úmidos, e por fim, a respeito das terras dos baixios e vassantes dos grandes açudes públicos e rios perenes.

Sobre a economia canavieira, histórica na zona úmida do Nordeste, e cuja expansão deverá acompanhar a margem de crescimento do consumo nacional, muito haveria o que dizer.

Como as grandes usinas de açúcar ocupam, no momento, as melhores terras do Nordeste e há escassez de outros gêneros alimentícios, particularmente em épocas de crise aguda, dever-se-ia instar junto a usineiros compreensivos para que:

- a) permitam que parte de áreas de terras dessas usinas, localizada perto das casas dos trabalhadores e porventura não cobertas de canaviais, seja por eles utilizada na produção de gêneros de alimentação básica para eles e suas famílias;
- b) as usinas, tendo em vista o racional aproveitamento econômico das áreas não trabalhadas com a cultura da cana, realizem, diretamente, explorações de outras culturas, especialmente produtos de alimentação, possibilitando, assim, melhorar o sistema de abastecimento da Zona da Mata (abrangendo as cidades litorâneas, inclusive capitais) e a fixação de trabalhadores na área do açúcar;

c) haja esforço ainda bem maior por parte de determinados usineiros no sentido de humanizar as condições de vida desse grande grupo dos menos afortunados da população trabalhadora rural da economia da agroindústria do açúcar, em certos casos a viverem em condições terrivelmente difíceis.

Neste assunto da vida rural, aliás, o ideal é favorecer que a terra seja pos-  
suida por aquele que a cultiva e trabalha, com a sua prole, se bem reconhecamos diffi-  
cil, nas atuais circunstâncias, que esse princípio de justiça social seja aplicado, no caso específico da economia canavieira do Nordeste.

Os vales e serras úmidas, de outra parte, existentes em quase todos os Estados dos polígonos, continuam muito mal aproveitados.

Como no caso das terras canavieiras já discutidas e das áreas dos açudes públicos abaixo referidas, é indispensável utilizá-los mediante projetos técnicos de agricultura e colonização.

Esses vales têm sido objeto de estudos por parte do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura e do Serviço Agro-Industrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Calcula-se em meio milhão de hectares as terras dos vales úmidos nordestinos. A sua total incorporação ao desenvolvimento da economia regional é perfeitamente possível.

Por fim, as áreas dos grandes açudes públicos.

Desde a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas até hoje vêm sendo eles construídos sem que as terras por eles beneficiadas tivessem sido previamente de sapropriadas pelo Poder Público. Terminada a obra, só parte de seus benefícios, como a água, por exemplo, reverte em favor da população circunvizinha. A produção de verdu-  
ras, frutas, cereais, carne, leite, aves e ovos, que se poderia desenvolver nas vasan-  
tes e no vale abaixo das barragens, permanece muito limitada. E que são poucos os ca-  
nais de irrigação, não há empreendimentos agrícolas agronomicamente formulados; a ter-  
ra fica largada esperando valorização artificial com o tempo, porque alguns dos pou-  
cos felizardos que as possuem não se importam muito com este problema.

As estimativas mais recentes estabelecem em 200 mil hectares a área irrigável no Polígono das Secas, o que vem a corresponder apenas a 0,2% da zona árida. O número de trabalhadores que aí poderão ser abrigados não vai além de 400 mil, o que vem a corresponder à oitava parte do incremento populacional da região no último decênio.

Em resumo, a Região possui recursos que poderão ser mais adequadamente mobilizados, através de um programa imediato de ação governamental ou privado, a ser ama-  
nhã transformado num dos setores fundamentais de ação, a longo termo.

## 2. Os serviços e as instituições técnicas que atuam na Região

Foi apresentado pelos técnicos um balanço sobre a atuação, no Nordeste, dos Ser-  
viços de Fomento Agropecuário, de Crédito Rural e de Colonização.

### a) Serviços de Fomento Agropecuário

O Fomento Vegetal e Animal do Ministério da Agricultura, a Comissão do Vale do São Francisco (C.V.S.F.), o Serviço Agroindustrial do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), o Escritório Técnico de Agricultura (E.T.A.), a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) e as Secretarias e Órgãos específicos de Agricultura dos vários Estados vêm, no Nordeste, como no restante do País, realizando direta ou indiretamente programas de fomento agropecuário.

No caso particular do D.N.O.C.S. e da C.V.S.F., o exame de seus orçamentos mostra que u'a média de 90% dos respectivos recursos financeiros, ano por ano, vêm sendo destinados a obras estruturais, como açudes, barragens, rodovias, pontes, centrais elétricas, etc., ficando em segundo plano a agricultura, a pecuária, as pequenas indústrias mantidas com a matéria prima e a mão-de-obra locais.

O orçamento da C.V.S.F. para o exercício de 1956, no total de Cr\$ 609 500 000,00, reservou somente Cr\$ 71 000 000,00 para desenvolvimento da produção, ou sejam 11% do global.

Mais ou menos a mesma é a percentagem que o D.N.O.C.S. destina aos trabalhos de experimentação agrícola, fomento da lavoura irrigada e prática de piscicultura (se

tor agroindustrial).

Sente-se, porém, a preocupação, por parte desses órgãos, os quais possuem excelentes agrônomos, em progressivamente irem mudando a linha básica desse programa.

Um exemplo, apenas, de que um pouco que seja de assistência ao agricultor e à produção agrícola asseguraria enorme impulso à Região. Empréstimos ou vendas de moto-bombas pequenas a agricultores marginais do Médio São Francisco por parte da C. V.S.F. e do Ministério da Agricultura possibilitaram a produção, o ano passado, de 7 milhões de quilos de cebolas que, vendidas a Cr\$ 10,00, trouxeram para aquele trecho do São Francisco seco a soma de Cr\$ 70 000 000,00, além do emprego para muita gente.

É interessante assinalar, de outro lado, que a zona centralizada por Cabrobó, em Pernambuco, antes intensamente castigada pelo êxodo rural, transformou-se, hoje em dia, em vista dessa assistência, em área de imigração de elementos nordestinos, já trabalhando em São Paulo.

Outros exemplos há desse gênero.

#### b) Crédito rural

Os estudos e observações relativos ao Crédito Rural no Nordeste demonstram que a sua expansão, penetração e aperfeiçoamento nos processos de empréstimos dependem de quatro problemas principais: recursos para os empréstimos; recursos para manutenção dos serviços creditícios; pessoal técnico especializado; formação de uma rede bancária para maior distribuição de crédito no meio rural. Pode-se, ainda, salientar a deficiência do número e localização das agências pelo interior, a exiguidade de cooperativas em condições de auxiliar a distribuição de crédito, assim como o desinteresse dos bancos particulares pelo crédito rural em virtude dos maiores riscos e da menor remuneração dos empréstimos.

Uma análise sumária das operações de crédito rural no Nordeste através do Banco do Brasil, principal órgão financiador na Região, indica que foram realizados, em 1955, 17.151 contratos no valor de 1,8 bilhões de cruzeiros, dos quais 8.149 operações a pequenos produtores no valor de 138 milhões de cruzeiros.

Quanto ao Banco do Nordeste, recentemente organizado, 4.850 contratos rurais foram feitos à agricultura no valor de 109 milhões de cruzeiros.

Tendo em vista as características da produção rural nos Estados que compõem o Polígono das Sêcas e, ainda, a predominância na Região do regime da pequena e média propriedade, verifica-se que as operações realizadas não correspondem às necessidades fundamentais da expressiva massa de pequenos produtores rurais nordestinos. Mais evidentes se tornam essas necessidades quando se sabe que as lavouras produzidas pelos pequenos proprietários no Nordeste (principalmente algodão, milho, feijão, mandioca) representam ponderável contribuição ao valor total da produção agrícola no Nordeste (cerca de 45%).

De outro lado, a despeito do louvável esforço do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que não dispõe de recursos amplos para operar e dos Departamentos Estaduais de Cooperativismo, é mingüado o volume de recursos aplicados sob forma cooperativa.

Demais, o crédito através de cooperativas tem sido, em parte, desvirtuado, por força de influências políticas ou de grupos. E, não obstante, seria uma modalidade de crédito rural altamente interessante para um país e uma população rural com as características individualistas da nossa.

Por fim, o crédito tem sido geralmente dissociado da respectiva orientação técnica ou agrônômica, situação a lastimar numa terra onde o agricultor, conforme já foi assinalado, é geralmente rotineiro, atrasado, se bem que operoso e honesto.

Sem dispor, ainda, de uma rede de agências equipadas de pessoal técnico qualificado, não é de esperar-se que o Banco do Nordeste possa atuar imediatamente com maior velocidade no campo do crédito especializado. Quanto ao crédito supervisionado e orientado acredita-se que possa ampliá-lo na Região à medida que for adquirindo maior experiência e obtendo pessoal capacitado.

Apenas de dois anos a esta parte começou a ANCAR a operar na Região, sob a forma de crédito supervisionado ao agricultor e sua família, articulado com o Banco do

Nordeste, com resultados muito positivos e promissores, através de um mecanismo de trabalho prático verdadeiramente modelar.

### c) Serviços de Colonização

Dispondo de terras e de homens, bem como de boa soma de meios de ação, restaria o programa propriamente dito de colonização, para o qual também não faltam os órgãos técnicos e, em certo sentido, financiamento.

Por lei, ao INIC cabe a tarefa de elaborar e executar planos de colonização e à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, recentemente criada e que disporá de uma soma vultosa de recursos, em perfeito entendimento com o primeiro, o papel de fomentar os financiamentos básicos e de melhoria das áreas colonizáveis e dos lotes, por quem quer que promova esta colonização.

No momento atual realizam programas de colonização no Polígono das Sêcas o Governo Federal (INIC, Serviço Agroindustrial do D.N.O.C.S. e C.V.S.F.), alguns Governos estaduais e também entidades particulares.

O INIC possui 10 núcleos coloniais na Região e dois projetados. Alguns desses núcleos, com boas possibilidades de expansão e outros, inadequadamente fundados, sujeitos, portanto, a malôgro certo. Dos 10 núcleos, 7 estão situados na Bahia que, como o Maranhão, parte do Piauí e outros Estados da Região, dispõe de excelentes terras para a execução de um plano arrojado de desenvolvimento econômico pela colonização em escala ampla.

As experiências de colonização de alguns Estados parecem ainda mais limitadas em suas perspectivas, por motivos vários.

O trabalho de entidades privadas como o da Diocese de Petrolina em entendimento com a C.V.S.F. e a unidade de colonização de Pindorama, ainda em desenvolvimento, para 400 famílias de colonos, nos municípios alagoanos de Penedo e Coruripe, pela Companhia "Progresso Rural", apresentam um ângulo novo e de imprevisíveis consequências na expansão colonizadora das terras aproveitáveis de todo o Nordeste pela iniciativa particular.

O que se impõe é que haja um programa econômica, financeira, técnica e socialmente viável e seja executado com espírito alto de servir ao bem comum, livres da descontinuidade administrativa e acima de estreitas pressões de ordem político-partidária.

### 3. Conclusão que antecipamos

As Conclusões do Grupo Agricultura - Crédito Rural - Colonização, que, na prática, se desdobrou em três sub-grupos, aparecem na íntegra, como as demais Conclusões do Encontro, em documento especial. Antecipamos, no entanto, pela importância que teve na convocação deste Encontro, uma palavra sobre êxodo rural.

A Igreja considerou inadiável lançar-se, no Rio de Janeiro, à campanha de urbanização das 150 Favelas da Capital da República, com seus 400 mil favelados. Assim agiu por dois motivos principais: é infra-humana a situação dos Favelados que moram em barracos sem água, sem luz, sem esgoto, em situação de miséria tornada mais chocante pela beleza da cidade e por seu progresso material; tornaram-se, por isso mesmo, as Favelas cariocas focos de perigosa agitação social, sobretudo devido à exploração comunista.

Não adiantava, porém, urbanizar as atuais Favelas sem um esforço simultâneo nas zonas de mais intenso êxodo rural (Minas Gerais, Estados nordestinos, Espírito Santo e Estado do Rio), no sentido de não continuarem proliferando Favelas no Distrito Federal. Esse cuidado era urgente, dado o perigo real de a notícia de casas para os favelados agravar o problema das Favelas ao invés de resolvê-lo, pelo fato de passar a haver um motivo a mais para migrar.

Não estamos esquecidos de quanto foi ponderado sobre a conveniência de passar, em face dos problemas nordestinos, de uma atitude defensiva para uma atitude construtiva. E conhecemos as alegações tendentes a considerar as migrações de nordestinos para o sul menos um mal do que um bem, pelo desafogo para os que ficam e pelo incremento à mecanização do meio rural, dada a necessidade de suprir a falta de braço trabalhador. Conhecemos inclusive o absurdo paralelo entre a migração de brasileiros do norte para o sul do país e a que se faz nos Estados Unidos da América

do Norte, em sentido inverso, do sul para o norte.

Deixamos aqui todo o nosso pensamento a propósito do êxodo de nordestinos para o sul do país:

- agradecemos ao Emo. Cardeal D. Jaime Camara a atuação da Cruzada S. Sebastião que em tão boa hora tudo vem fazendo para arrancar da miséria material e moral centenas de milhares de brasileiros, entre os quais numerosos nordestinos;
- denunciemos a atual partida de nordestinos (a quem reconhecemos, é evidente, o direito natural de migrar), menos como autêntica migração, do que como movimento de retirantes, pois se vão, explorados por intermediários, quase sempre, com um mínimo de recursos materiais; sem documentos; sem preparo especializado; sem equipamento; sem destino; sem assistência de espécie alguma, - para terminar senão como favelados no Rio de Janeiro, ao menos como sub-proletários no sul do país;
- repugna-nos, assim, admitir que o possível desfêgo dos que ficam e o problemático progresso mecânico decorrente da partida dos retirantes tenham preço tão caro em desgaste humano;
- por tudo quanto dissemos a propósito de Planejamento e Investimentos é evidente que desejamos ver o êxodo de nordestinos resolvido um dia em profundidade pelas medidas gerais de desenvolvimento econômico regional: os que ficarem terão vida humana e cristã, os que partirem serão migrantes normais, como os sul-riograndenses que sobem para o Paraná e Santa Catarina;
- enquanto não se atinge o desejado nível de desenvolvimento econômico é indispensável que na Experiência-pilôto de entrosamento de Órgãos públicos que atuam na Região, experiência a iniciar-se ainda no corrente ano, haja preocupação dominante com a fixação dos nordestinos.

Não é possível, igualmente, que, vivendo em contato com as populações rurais do Nordeste, possamos esquecer uma palavra a respeito do grave problema que representa, em nossa Região, a má distribuição da propriedade da terra e conseqüentemente o seu uso, ainda não em condições de satisfazer aos interesses da coletividade. Já iniciou o Governo Federal a adoção de medidas que dizem respeito à reforma agrária, e os estudos da Comissão Nacional de Política Agrária apresentam uma linha e uma diretriz que, em princípio, merecem nosso acatamento.

Urge sejam encaminhados ao Congresso Nacional os anteprojetos de Lei que tratam do acesso à exploração agrária, da locação rural e da desapropriação das áreas das terras aproveitáveis dos açudes públicos, construídos ou a construir, todos eles inserindo medidas do mais alto alcance em benefício das populações rurais do Nordeste. Confiamos em que se torne possível, em breve espaço de tempo, o início de uma nova política de utilização da terra, com a preocupação elevada de tornar-se a propriedade um instrumento em favor do bem estar, não de poucos, mas de um grupo bem maior.

Por reforma agrária compreendemos não apenas a distribuição pura e simples da terra - a ser feita com o critério que matéria tão delicada exige e salvaguardada a justiça e a equidade - mas também a simultânea e constante assistência técnica, financeira, educativa, social e religiosa aos agricultores e suas famílias em favor de quem ela deverá ser promovida.

Não há, pois, na reforma agrária preconizada um problema exclusivamente econômico: reveste-se, antes de tudo, de significação eminentemente social, por isso que, tornando possível a um número maior de trabalhadores a propriedade das terras que eles trabalham, por vêzes através de gerações, se terá um instrumento adequado para conseguir-se um ambiente de estabilidade social, de fixação do homem e, sobretudo, de resistência a perturbações da paz de que devem desfrutar todos os homens.

#### IV) Serviços sociais e educativos

##### 1. Princípios a salvaguardar

Foram indicados, com muito bom senso, os princípios a salvaguardar nos Serviços sociais e educativos destinados a atender às necessidades básicas da população, nos setores da saúde, da educação, da economia e da recreação:

- ativa participação das populações beneficiadas;

- iniciativa e esforço próprio dos grupos locais;
- aproveitamento dos recursos existentes na área;
- responsabilidade dos líderes e membros da comunidade;
- coordenação dos grupos e instituições;
- fortalecimento do governo local.

Está em consonância com esses princípios a definição adotada para "desenvolvimento de comunidade":

"Pode definir-se provisoriamente o desenvolvimento da comunidade como um processo destinado a criar condições de progresso econômico e social para toda a comunidade, com a participação ativa desta, e a maior confiança possível em sua iniciativa.

Empregada em sentido genérico, a expressão inclui:

- melhorias materiais (construções de estradas, habitação, obras de irrigação, prédios para instalação de serviços etc); introdução de novos métodos de cultivo;
- a organização de serviços (tais como: sanitários, educativos e recreativos, econômicos etc);
- a ação comunal (que compreende as discussões em grupo, a análise coletiva das necessidades locais, a criação de comissões, a obtenção de assistência técnica necessária, a seleção e formação técnica de pessoal)."

2. Nordeste. área de prioridade na implantação do Serviço Social Rural

Os técnicos em serviços sociais e educativos detiveram-se em estudar, longamente, a implantação do Serviço Social Rural, recém-criado e ainda por instalar e regulamentar. É mais fácil acertar de começo do que emendar o Serviço que se viciou.

Foi ponderado que o Serviço Social Rural, na impossibilidade prática de atingir de uma vez todo o país, começasse e começasse bem, em termos de desenvolvimento de comunidade, a agir no Polígono das Sêcas. "A área do Polígono oferece larga margem para a atuação do S.S.R. sob qualquer dos ângulos pelos quais seja o mesmo considerado:

- ação em âmbito regional, favorecendo um grupo de Estados da União, portanto, sem poder ser incriminado de favoritismo;
- região de grandes recursos naturais e humanos, ainda não devidamente aproveitados, portanto, capaz de trazer, em um futuro próximo, considerável aumento na riqueza nacional;
- região desassistida em sua economia e em sua vida social e cultural, portanto, exigindo, por um imperativo de justiça, a presença atuante dos órgãos oficiais;
- região afetada por múltiplos problemas, especialmente o do êxodo, cujas consequências já se estão fazendo sentir, também, na vida de outros Estados da Federação;
- região carente de serviços (educacionais, assistenciais, econômicos etc) que atendam às necessidades básicas das suas populações e permitam uma melhoria progressiva nos seus níveis de vida.

3. Das conclusões que merecem destaque

A íntegra das conclusões relativas ao 3º Grupo de estudos será divulgada, como se sabe, em documento à parte. Desde já destacamos, porém, duas conclusões - a primeira, pela sua relevância para o futuro dos serviços sociais e educativos de nossas Dioceses; a segunda, pela urgência de que se reveste:

- os Arcebispos e Bispos do Nordeste, cõscios da necessidade de imprimir aos serviços sociais e educativos de nossas Dioceses, ao lado do sentido apostólico e da indispensável segurança doutrinária, acentuada organização técnica nas linhas indicadas pela moderna sociologia religiosa, entrámos em combinações concretas para a formação de quadros adequados para os Secretariados Diocesanos de Ação Social a se entrosarem com o Secretariado Nacional de Ação Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
- na impossibilidade prática do funcionamento imediato do Serviço Social Rural através dos seus órgãos próprios, encarecemos a conveniência de

serem aplicados os recursos de que o mesmo dispuser no corrente ano através de convênios com entidades públicas e particulares idôneas que já venham atuando com reconhecida eficiência no meio rural, preferencialmente no Nordeste.

Reconhecendo o valor da iniciativa particular e o trabalho pioneiro de algumas entidades privadas no meio rural, recomendamos, com empenho, sejam incentivadas e melhor assistidas financeira e tecnicamente as experiências de trabalho comunitário de comprovada idoneidade e competência técnica.

#### V) O problema da eletrificação do Nordeste e a contribuição da CHESF para sua solução

##### 1. Justificado o interesse pela energia elétrica em geral e por Paulo Afonso em particular.

Os técnicos em energia elétrica encarregaram-se de demonstrar à sociedade como foi oportuno, em nosso Programa, abrir espaço para o problema da energia elétrica em geral e para Paulo Afonso em particular. Depois de uma síntese que representa a energia elétrica como fator de civilização, informaram: "Na região do eixo Rio-São Paulo, a mais adiantada do Brasil, onze por cento da população brasileira dispõe de mais da metade de toda a energia elétrica produzida no país. Mas, enquanto a produção anual de energia elétrica nessa região é da ordem 900 kwh por habitante, o que a torna, nesse particular, comparável à França e a aproxima dos países de mais elevada produção per capita, vemos que a média nacional brasileira não atinge aos 20 kwh por habitante e por ano."

Em nova síntese, foi-nos lembrado o que representava para o nordeste a carência de energia elétrica. Nada mais natural do que registarmos indicações sobre a Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco (CHESF), de cuja atuação - em colaboração com outros órgãos da região, particularmente a Comissão do Vale do S. Francisco - tanto espera o Nordeste:

Autorizada em 1945 a organização da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), foi-lhe outorgada concessão por 50 anos para o aproveitamento do rio entre Juazeiro e Piranhas, para fornecer energia elétrica num raio de 450 km com centro em Paulo Afonso, quer a concessionários de Serviços Públicos, quer diretamente a particulares, respeitados os direitos de terceiros. A área de concessão abrange 517 mil quilômetros quadrados, ou seja pouco menos do que as áreas combinadas de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina (544 quilômetros quadrados). A título de comparação adicional, lembramos ainda que o Polígono das Sêcas abrange 945 mil km<sup>2</sup>, dos quais cerca de 300 mil pertencem à bacia do S. Francisco.

A Usina de Paulo Afonso foi inaugurada em janeiro de 1955, e bem assim as linhas tronco de 220 mil volts, para transmissão de energia a Recife e Salvador. As duas unidades geradoras inauguradas em janeiro veio juntar-se em maio a terceira unidade, também de 60 mil quilowatts de potência, o que perfaz o total de 180 000 kw à disposição do Nordeste, nesta primeira etapa do aproveitamento.

##### 2. Características da utilização inicial de Paulo Afonso

Para conduzir-nos ao âmago do problema da mensagem social, ainda não revelada, de Paulo Afonso, acrescentaram-nos os técnicos:

Começou em 1955 a operação comercial do Sistema de Paulo Afonso, tendo sido fornecido o total de 202,6 milhões de quilowattoras ao Nordeste, dos quais 124,5 milhões entregues ao Recife, 60,8 milhões a Salvador e 10,9 milhões de kwh a Aracajú. Os fornecimentos a Garanhuns e Caruarú foram muito baixos "porque essas subestações só entraram em operação no último mês do ano, quando ficaram prontas partes das remodelações das redes de distribuição dessas cidades, a cargo das entidades distribuidoras".

A potência utilizada foi da ordem de 65 000 kw, isto é, cerca de um terço do total disponível.

Vemos que praticamente todo o fornecimento de 1955 encaminhou-se para o litoral, área mais desenvolvida e portanto mais capaz de consumir quantidades apreciáveis de energia nesta fase inicial de funcionamento de Paulo Afonso.

##### 3. O aproveitamento do S. Francisco: etapas subsequentes

###### a) Plano de obras para 1956

O plano de obras da CHESF para 1956 já prevê o início dos trabalhos de escavações subterrâneas para a Segunda Casa de Máquinas em Paulo Afonso, e bem assim o início da construção da linha-tronco de transmissão do Sistema do Cariri. Estão também programados estudos para a eletrificação do Rio Grande do Norte e da região Bomfim -

Juazeiro na Bahia.

b) Itaparica-Três Marias

A prazo mais longo, existem os planos de ampliação do aproveitamento de Paulo Afonso, que se entrecam com os de instalação de uma usina geradora na Cachoeira de Itaparica. A execução desses planos permitirá captar 900 mil quilowatts a fio d'água, mesmo nas épocas de estiagem.

Uma vez regularizada a descarga do São Francisco, através da construção do reservatório de Três Marias, a montante de Pirapora, em Minas Gerais, será possível à CHESF arrancar do S. Francisco, em caráter permanente, a potência de um milhão e quinhentos mil quilowatts, isto é, mais de oito vezes a potência atualmente aproveitada. Será o maior aproveitamento hidro-elétrico da América latina e um dos maiores do mundo.

Lembremos que a barragem de Três Marias já está projetada e orçada pela Comissão do Vale do S. Francisco (CVSF).

"Pela sua extraordinária capacidade de armazenamento d'água, que os estudos realizados mostram ser superior a dezoito bilhões de metros cúbicos, só ela será capaz de dar ao S. Francisco um alto grau de regularização, que facilitará bastante a navegação em longo trecho, inclusive do Baixo S. Francisco, de Piranhas à foz do rio. Essa barragem interessa, pois, profundamente aos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, embora a energia elétrica que ali poderá ser gerada (600 mil kw) interesse apenas a Minas Gerais.

Note-se que esses 600 mil kw de Pirapora irão somar-se aos 1 500 000 do conjunto Itaparica-Paulo Afonso, ultrapassando assim a 2 milhões de kw a potência a ser fornecida pelo S. Francisco.

c) Melhoramento da Barra de S. Francisco

A par das possibilidades de energia elétrica, a regularização do rio virá torná-lo navegável também para o transporte oceânico, de cabotagem ou transatlântico desde que empreendidas as obras de melhoramento da barra do S. Francisco, compreendendo o franquiamento da barra e canal navegável até Piaçabuçu.

De fato, a realização do programa da CHESF adiantou-se às obras projetadas pela CVSF para o Alto e Médio S. Francisco.

"Diante do fato, seria o caso de ser revisto o critério de preferência no sentido do imediato aproveitamento do Baixo S. Francisco. Desde Piranhas até a foz, a quase 300 km, poderia o S. Francisco transformar-se num braço reentrante do oceano, desde que se realizassem as obras indicadas. O grande problema do Baixo S. Francisco é a praticabilidade de sua barra, empreendimento dispendiosíssimo cuja execução está também ligada ao escoamento de matérias-primas ou manufaturadas que a energia de Paulo Afonso criar e forçar a sair pelo mar. Duas cidades, a menos de 100 km da embocadura, poderiam ser aproveitadas desde o início para pontos de acesso à navegação de alto mar: uma em Alagoas-Penedo, outra em Sergipe-Propriá, já ligada a Aracajú pela linha-tronco do sistema ferroviário nacional.

Feitas as obras constantes do plano, poderíamos breve celebrar uma transformação geográfica que corresponderia para o Nordeste àquela abertura de portos ao comércio marítimo que modificou a fisionomia política e econômica do Brasil em 1808".

Com estas palavras, termina o capítulo "A energia elétrica produzida pela Usina de Paulo Afonso e a industrialização da região do Baixo S. Francisco", de recente parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Economia (C.N.E.), a pedido da Presidência da República. Trata-se de empreendimento de grande vulto, cuja execução consumirá sem dúvida muito tempo e exigirá enormes inversões de capital, conforme acentua o C.N.E., mas que, uma vez concluído, terá incalculável repercussão sobre a vida de toda aquela extensa região.

d) Desenvolvimento do Médio e do Baixo S. Francisco

O complemento natural de tais medidas seria o desenvolvimento agropecuário e industrial de parte do Médio São Francisco, além do Baixo S. Francisco, através de sistemas de irrigação e colonização adequados e inteligentemente construídos e operados, tudo dentro de um plano, bem concebido, a começar pelas áreas mais próximas dos sistemas de transportes existentes ou em construção, de modo a ficar assegurado o escoamento da produção.

4. Fonte de lições o São Francisco

Sem prejuízo das conclusões a que chegou o 4º Grupo de Estudos - constantes tôdas do documento de Conclusões Gerais, seja-nos lícito comentar como a Hidro-Elétrica de Paulo Afonso é fonte de lições para o Governo e para particulares, para os líderes e para o povo.

A Hidro-Elétrica de Paulo Afonso é, sem dúvida, exemplo de investimento, cujos efeitos benéficos avultarão sempre mais nos anos próximos. Não há exagero em afirmar que se trata de nova era para os nordestinos.

Para todos nós que somos cúmplices mais ou menos responsáveis na multiplicidade de projetos e consequente pulverização de verbas, a Hidro-Elétrica é aviso mais eloquente do que uma série de conferências ou até um curso: aviso do que importa, para a elevação do nível econômico e social de uma região, uma obra de vulto com as características de Paulo Afonso.

VI) Programa de execução imediata1. O Governo Federal e o Encontro dos Bispos do Nordestea) Importância atribuída ao Encontro de Campina Grande

O Governo Federal, apreendendo a importância excepcional de nosso Encontro, promoveu reuniões preparatórias dos Órgãos Federais que atuam no Nordeste, solicitando um balanço da atuação dos mesmos na região e lançando as bases de uma experiência-piloto de entrosamento dessas forças que até hoje têm atuado de maneira dispersiva.

b) Órgãos que participaram das reuniões preparatórias

Ministério da Viação e Obras Públicas; Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Departamento Nacional de Estradas de Ferro;

Ministério da Guerra: Zona Militar Norte - 1º Grupamento de Engenharia;

Ministério da Agricultura: Departamento Nacional de Produção Vegetal; Departamento Nacional de Produção Animal; Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário; Comissão Nacional de Política Agrária; Serviço de Economia Rural; Serviço de Informação Agrícola; Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Serviço Social Rural;

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: Fundação da Casa Popular;

Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Diretorias de Ensino Comercial, Secundário e Industrial; Instituto Nacional do Livro; Departamento Nacional de Educação; Campanha Nacional de Educação Rural;

Ministério da Saúde: Departamento Nacional de Saúde; Serviço Especial de Saúde Pública; Departamento Nacional de Endemias Rurais; Departamento Nacional da Criança.

Comissão do Vale do São Francisco; Companhia Hidro Elétrica do S. Francisco; Instituto Nacional do Sal; Instituto do Açúcar e do Alcool; Banco do Nordeste do Brasil; Banco do Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Planejamento a longo prazo e plano de execução imediata

O Governo sabe muito bem que evitar ou ao menos atenuar a dispersão de técnicos e verbas dos vários Órgãos que atuam no Nordeste é tentativa de superar apenas um dos aspectos - como vimos no capítulo de Planejamento e Investimentos - da prejudicialíssima falta de planejamento global para a região.

Quando quis anunciar em Campina Grande um plano de ação imediata não estava esquecido dos estudos em profundidade confiados a Órgãos técnicos da maior relevância.

d) Diretrizes para a escolha da Experiência-piloto

Vale a pena registrar as Diretrizes distribuídas aos representantes de todos os Órgãos que participaram das reuniões preparatórias do Encontro de Campina Grande:

Para a concretização da Experiência-piloto o primeiro passo - que supõe absoluta boa vontade da parte de todos os Órgãos convocados é indicar por escrito:

- a) que obras empreende no Nordeste;
- b) que recursos orçamentários estão empenhados no prosseguimento das mesmas;

- c) de que recursos técnicos e orçamentários poderia dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso.

O problema será descobrir, em cada unidade federada do nordeste, algum trabalho iniciado ou por iniciar, capaz de preencher as seguintes características:

- a) prestar-se a atrair e fixar nordestinos tentados a migrar ;  
 b) dar margem à colaboração de diversos Orgãos, cada qual dentro de sua esfera específica e de suas possibilidades reais em técnicos e verbas disponíveis .

A preferência deverá recair em trabalhos que:

- a) possam ter início praticamente imediato;  
 b) importem em realizações que assegurem aproveitamento permanente de migrantes;  
 c) contribuam, a um tempo, para a elevação do nível econômico e social dos trabalhadores e respectivas famílias.

## 2. Resultados práticos das reuniões preparatórias

A Presidência da República obteve de todos os Orgãos Federais que atuam no Nordeste relatórios com resposta ampla às 3 perguntas formuladas:

- que obras empreende no Nordeste;
- que recursos orçamentários estão empenhados no prosseguimento das mesmas;
- de que recursos técnicos e orçamentários poderia dispor, salvaguardando o essencial dos trabalhos em curso.

Os Bispos e Técnicos presentes em Campina Grande tivemos em mãos um resumo de todos esses balanços, ponto objetivo de partida para indicações concretas quanto à Experiência-piloto.

No mesmo documento, havia 5 sugestões, partidas de Orgãos federais com ação no Nordeste, sendo que, ao divulgá-las, frisou a Presidência da República:

"A seguir vêm destacadas algumas sugestões de "Experiência-piloto" de entrosamento, ainda este ano, dos vários Orgãos que atuam no Nordeste". Foram apresentadas por estes próprios Orgãos. Possivelmente e até provavelmente nem sempre serão as melhores e as mais indicadas. No Encontro de Campina Grande outras sugestões mais felizes talvez venham a surgir.

A razão única da apresentação pormenorizada de algumas propostas de entrosamento de forças em torno de projetos vitais para diversas unidades federadas do Nordeste é provar a viabilidade plena de planos de conjunto que, econômica e socialmente viáveis, salvaguardem as verbas nordestinas da dispersão e do fracionamento que lhes vem sendo fatal.

A Presidência da República se aguarda para dar a palavra final sobre a Experiência-piloto, a iniciar ainda em 1956, na sessão de encerramento do Encontro dos Bispos depois que o assunto tiver sido convenientemente aprofundado nos vários Grupos de Estudos que funcionarão em Campina Grande".

### f) O trabalho do 5º Grupo de Estudos em Campina Grande

Nas Conclusões Gerais figura o resultado do trabalho do 5º Grupo de Estudos. É de esperar que o Exmo. Presidente da República se apoie nas Conclusões do Grupo para a adoção da experiência-piloto que Sua Excelência desejou anunciar pessoalmente nesta cidade.

## 2. A Igreja e a Experiência-piloto

### a) Somos gratos ao interesse do Governo

O simples relato das providências oficiais com vistas ao Encontro de Bispos torna fácil entender que sejamos gratos ao Governo da República pelo interesse que tomou por nossos trabalhos.

Este é o momento adequado para agradecer ao Exmo. Presidente da República o trabalho pessoal que teve nos preparativos da Experiência-piloto, pedindo vênias a Sua Excelência para estender nosso agradecimento aos técnicos oficiais - federais, estaduais e municipais - e particulares que tanto contribuíram para a eficiência do nosso Encontro.

b) Não somos fiadores da experiência anunciada

Alegra-nos que nosso Encontro tenha propiciado ocasião oportuna para a aproximação de Órgãos que não têm direito de se desconhecem e ainda menos de se hostilizarem.

Alegra-nos mais ainda que nossa Reunião tenha dado margem a uma experiência de entrosamento de órgãos públicos, entrosamento que, se não é o planejamento global de que o Nordeste precisa é, sem dúvida, passo importante para o planejamento que há de vir.

Nosso papel foi de estimuladores do bem comum, incentivadores da paz social. Mas é fundamental para nós deixar absolutamente claro que não podemos responder pela concretização do plano de ação aqui anunciado. Sem dúvida, na medida de nosso alcance, velaremos para que a experiência se inicie, prossiga e chegue a bom termo, pois vemos, sabemos, sentimos que o povo já não suporta ilusões. Com a devida vênias dissemos isso pessoalmente ao Exmo. Presidente da República e acreditamos que, se apesar do aviso, Sua Excia. anuncia a experiência é por estar no firme propósito de, a qualquer preço, exigir que cada Órgão cumpra a parte de compromisso que assumiu.

c) A experiência-pilôto não deverá importar na paralização das demais obras

A experiência é de entrosamento, de técnicos e verbas, em torno de problemas vitais para cada Estado do Nordeste. De modo algum deve significar abandono das demais obras em curso nas várias unidades nordestinas. Muito ao contrário: a confiança do Nordeste - não só para a Experiência-pilôto mas para toda a ação do Governo - seria conquistada de vez se, apesar da hora difícilíssima vivida por nossas finanças, levando em conta a situação especial do Nordeste, o Presidente da República aproveitasse sua presença em Campina Grande para liberar, sem corte ou redução, todas as verbas orçamentárias do Nordeste.

Na medida em que este ou outros apelos dependerem de leis, estamos convictos de que o Congresso Nacional - particularmente dada a dedicação proverbial dos deputados e senadores nordestinos - facilitará ao Executivo a concretização de providências vitais para a nossa região.

VII) A Igreja em face dos problemas do Nordeste1. Justificativa de uma intervenção

O objetivo fundamental da Igreja é o Reino de Deus. Mas o Reino de Deus começa transitóriamente no tempo, para chegar, definitivamente, na Eternidade.

E neste itinerário dos homens pelos caminhos da terra, interferem as condições temporais. A virtude tem, aí, também sua batalha: a batalha das condições, das necessidades materiais, interferindo no espiritual. Um lema que poderíamos pôr à face de um debate sobre os nossos problemas sociais seria aquele de Santo Tomaz de Aquino, para quem um mínimo de bem-estar material se exige para a prática das virtudes morais,

Poderíamos dizer, mesmo, para melhor situar a questão, que o exatamente necessário, no domínio do bem estar social, se torna uma exigência cristã para salvaguardar a dignidade da pessoa humana, na sua tarefa de viver. No estudo da História Social da Igreja se descobre que, seguramente há um século, os Sumos Pontífices e grandes figuras de Bispos católicos têm consagrado documentos importantes ao exame dos problemas sociais e, sob o Pontificado de Pio XII, estes documentos foram de uma sucessão impressionante.

Em todos os documentos que o Papa Pio XII vem endereçando ao mundo, se pode encontrar uma alusão direta ou indireta aos problemas sociais dos nossos tempos. Outra nota muito a propósito é a que o Padre Angelus Andrew frisava aos universitários de Birmingham "sobre as duzentas e cinquenta encíclicas dos últimos Papas, publicadas de cinquenta anos até hoje, menos de trinta tratam de assuntos doutrinários ou de piedade. Todos os outros documentos tratam de questões que visam ao cristianismo em suas relações com os problemas ligados ao temporal nas suas manifestações públicas".

Deve-se frisar, ainda, que os documentos pontifícios não se referem a uma doutrina desencarnada, mas, ao contrário, há, nos debates dos candentes problemas sociais, por parte dos Sumos Pontífices, um apelo à ação direta e imediata.

Assim Pio XI, na Divini Redemptoris, traçando normas concretas de formação para os militantes católicos, se referia a "toda sorte de iniciativas aptas a fazer conhecer a solução cristã dos problemas sociais". Era, ainda, Pio XI que, na Quadregésimo Anno, fazia os mais vivos elogios a todos os militantes católicos - clérigos

ou leigos - que se dedicavam "à nobre missão... de trabalhar, visando à solução dos problemas sociais, na medida em que a Igreja, por sua instituição divina, tem o direito de se ocupar deles." E o Santo Padre Pio XII, para não deixar nenhuma dúvida aos dúbios, neste terreno, lançou esta diretriz vigorosa a um mundo agoniado, dentro do qual vivemos: "passou o tempo das reflexões e dos projetos: é a hora da ação". (Aos Homens da Ação Católica, 7-9-47).

Ninguém poderá dizer, diante do exposto, que seja estranha a uma reunião de Bispos o debate dos problemas sociais, não só na sua equação doutrinária, mas, ainda, nas decisões para uma ação direta e imediata.

## 2. Posição exata

A Igreja não tem propriamente soluções técnicas e temporais a apresentar, como especificamente suas, aos problemas de ordem econômica e social. Em face dessas questões, Ela examina os dados concretos e procura encontrar aí as equações de ordem moral. Exatamente no terreno religioso e moral e, até mesmo, nas repercussões diretas ou indiretas que os problemas econômicos ou sociais provocam, é que está a linha de ação própria da Igreja. Ela não quer interferir no campo de ninguém. Sociedade perfeita (de ordem sobrenatural) ela tem, no mundo, seus limites e reconhece as fronteiras de outras sociedades, especialmente o Estado, com seus direitos, seus deveres e sua missão.

Mas não nega sua colaboração às instituições de caráter temporal. De modo especial, Ela, por sua doutrina, ensina aos cristãos que, mesmo num mundo que perdeu sua unidade espiritual, se faz necessária a cooperação dos Poderes Temporais e Espirituais, tendo em vista o bem-comum, o bem-estar do povo que constitui a grande família dos filhos de Deus.

Com efeito, se de um lado a Igreja não se julga uma competência no campo da técnica, de outro, ela se afirma possuidora de uma doutrina econômico-social que se encontra nas encíclicas e outros documentos da responsabilidade dos Papas. Esta doutrina se veio afirmando pela defesa da pessoa humana, até chegar aos nossos tempos, com Leão XIII, Pio XI e Pio XII, através de suas vigorosas intervenções, em favor de uma reforma social apta a estabelecer, no mundo, um clima de Justiça e Fraternidade e uma equitativa redistribuição dos bens materiais, existentes nas comunidades humanas.

E isto se explica pelo fato de a Igreja viver inserida no plano temporal que Ela deseja sacralizar, sem esquecer, jamais, as exigências de uma autêntica condição humana equilibrada.

Satisfazer as necessidades do homem, tal é o fim de toda a Economia. Nós nos apegamos a isto. E por esta razão só admitimos o valor da técnica no campo econômico quando ela vem atender ao homem, nas suas exigências vitais, e quando o homem não seja considerado como um número, apenas, um dado dentro de um planejamento, uma expressão de pesquisa que possa ser posta de lado, quando haja um óbice imediato às exigências de uma teoria ou de sistema econômico.

Parece-nos necessário, ao comparecermos a uma reunião para tratamento de problemas temporais - muitos deles de caráter econômico e empresa governamental - afirmar alguns postulados fundamentais:

1ª - damos à técnica o seu valor de instrumento da maior importância, na pesquisa, no planejamento e na execução de planos. Mas lhe negamos caráter absoluto e a colocamos dentro das exigências naturais de um humanismo cristão, mediante o qual se reconheça o homem como centro de todas as suas preocupações, tanto nos seus problemas a serem resolvidos a curto prazo, se as condições o exigirem, como nas questões que comportem equações mais demoradas;

2ª - nas atuais estruturas econômico-sociais que constituem a nossa organização política e o sistema de nossa economia privada, há tremendas injustiças que levam a Igreja a uma necessidade de declarar sua inteira independência e sua nenhuma responsabilidade em face de tudo isto. E, ainda mais - por força de sua própria missão evangelizadora - a Igreja se proclama sem nenhuma vinculação com as situações injustas e se coloca ao lado dos injustiçados, para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção.

Todas as aparências em contrário correm por conta dos indivíduos e dos grupos de indivíduos que, com a responsabilidade de suas posições, dentro do mundo cristão, não se realizaram, segundo o pensamento muito claro e muito explícito da doutrina social católica.

3ª - Nossa tendência é pela Reforma Social, em prazo mais ou menos amplo, exigido pela sabedoria dos homens que têm a missão de influir no Curso dos acontecimentos, sem provocar desequilíbrios e novos desajustamentos.

4º - Chegamos à conclusão de que as exigências técnicas e administrativas do Nordeste ultrapassaram os organismos estatais destinados a operar aqui, e a conjuntura humana (homens sofrendo da seca, do pauperismo, do baixo nível de vida, ao lado de um novo surto de desenvolvimento econômico e industrial da Região) - requer uma imediata revisão do tratamento, até agora dado ao homem (também por parte da Igreja) como preliminar, para uma ação corajosa mais forte, mais profunda, mais ampla, no campo do econômico, do social e do espiritual.

5º - À vista de tudo isto, é racional e prudente se concluir pela necessidade de um plano superior em que se dêem as mãos os Poderes Públicos, a iniciativa privada e a Igreja, guardando, em face de cada um, sua liberdade e seus princípios, para atitudes de independência, toda vez que houver o risco de um desvio da nobreza e dos objetivos da ação comum. E, estão aí a razão mais forte e a sinceridade desse histórico acontecimento - o Encontro dos Bispos do Nordeste Brasileiro - com representantes de setores públicos e privados da vida nacional.

### 3. Clero e Ação Católica no Nordeste

Nas Conclusões Gerais do Encontro dos Bispos do Nordeste foram inseridas na íntegra as Conclusões do 6º Grupo de Estudos, de certo modo o mais importante para nós.

Aqui, queremos salientar que, neste Encontro, ao sentirmos, mais vivamente ainda todo o peso dos problemas da conjuntura econômico-social do Nordeste, nosso pensamento se voltou de modo especial para o nosso Clero e para a nossa Ação Católica. Estas palavras não significam esquecimento das Ordens e Congregações Religiosas, masculinas e femininas, a quem saudamos, reconhecidos, pela grande ajuda que nos prestam; nem esquecimento das beneméritas Associações Religiosas que tanto nos ajudam.

Pensamos no Clero, pois é com os nossos padres, particularmente com os nossos Párocos que dividimos os cuidados do pastoreio dos rebanhos que nos foram confiados.

Pensamos na Ação Católica, pois conforme o ensinam os documentos pontifícios e o confirma a experiência precisamos do leigo não só por escassez de clero, mas porque o leigo tem missão própria no campo do apostolado. Formado por nós, o leigo terá penetração profunda no meio em que Deus o põe.

A Ação Católica - plano diocesano, regional e paroquial - apostolado oficial dos leigos, será sempre mais objeto de nosso empenho pastoral e nisso põmos uma clara indicação para o nosso Clero.

### VIII) Conclusão

Nosso Encontro se deu em pleno mês de Maio. Nas mãos da Santa Mãe de Deus e Mãe dos homens entregamos nossos cuidados e nossas esperanças, nossos anseios e nossas resoluções para que Ela tudo leve ao Senhor.

Campina Grande, 26 de maio de 1956 - Oitava de Pentecostes.

- + Antonio, Arcebispo de Fortaleza, rep. D. Expedito Eduardo, auxiliar
  - + Moisés, Arcebispo da Paraíba, rep. S. Manoel Pereira, auxiliar
  - + Ranulfo, Arcebispo de Macaé, rep. D. Adélmo Machado, Arceb. coadj.
  - + José, Arcebispo de S. Luiz, rep. D. José Távora, aux. Rio de Janeiro
  - + Antonio, Arcebispo de Olinda e Recife
  - + Marcolino, Arcebispo de Natal, rep. D. Eugenio Sales, auxiliar.
  - + Avelar, Arcebispo de Teresina
  - + José, Bispo Sobral, rep. D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza
  - + João, Bispo de Barra
  - + Fernando, Bispo de Aracajú
  - + João, Bispo de Nazaré
  - + Francisco Expedito, Bispo de Garanhuns
  - + Paulo, Bispo de Caruarú
  - + Felício, Bispo de Penedo
  - + Eliseu, Bispo de Mossoró, por si e por D. Francisco Pires, Bispo de Crato.
  - + Adelino, Bispo de Caicó
  - + Otávio, Bispo de Campina Grande
  - + Helder, Arcebispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Secretário Geral da C.N.B.B.
  - + Aureliano, Bispo de Limoeiro, rep. por D. Expedito Eduardo, auxiliar de Fortaleza.
- Mons. Sampaio, Vigário Capitular Pesqueira.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
Encontro dos Bispos do Nordeste  
Campina Grande, 21 a 26 de maio de 1956

I

SUGESTÕES DOS GRUPOS DE ESTUDOS

RELATIVAS À EXPERIÊNCIA-PILOTO

de entrosamento de Órgãos públicos e particulares  
que atuam no Nordeste

( Programa de execução imediata )

## INTRODUÇÃO

O ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE, verdadeiro giro de horizonte quanto aos problemas regionais, examinando as contribuições de toda natureza, das mais diversas proviências, que lhe chegaram às mãos, julga poder grupá-las em três grandes tipos de medidas passíveis de serem tomadas pelo Poder Público, em íntima coordenação e entrosamento de seus órgãos e com a colaboração da iniciativa privada.

As primeiras são genéricas, afetando, pela simples conjugação de esforços e ordenação de atividades, podem ser imediatamente executadas pelos vários órgãos da administração pública em seus três planos - federal, estadual e municipal - e pela iniciativa privada. São meros ajustamentos de coordenação, a bem dizer, em torno de problemas já equacionados. Dividem-se em Projetos, concretamente exequíveis, dispondo já de recursos específicos e permitindo ou exigindo a colaboração eficiente entre vários órgãos, e Indicações, como tais consideradas as que, embora de caráter concreto e imediato, são de âmbito mais restrito, requerendo providências determinadas, por vezes menos precisas quanto a verbas específicas, ou com menor quantidade de órgãos afetados, porém sempre capazes de repercutir fundamente em alguns setores da vida nordestina. Outras indicações que não figuram neste documento serão entretanto diretamente encaminhadas aos órgãos competentes para sua efetivação.

Deve ser esclarecido, outrossim, que este conjunto de projetos e de indicações não constitui um plano orgânico de iniciativas públicas e particulares, mas apenas medidas de necessidade imprescindível ao desenvolvimento do Nordeste, e por cuja execução, é óbvio, não são os Bispos responsáveis.

Finalmente, vêm as medidas que, atendendo à sua própria natureza, não podem ser tomadas de imediato, mas devem sê-lo à base de estudos e de providências a serem adotadas posteriormente. Todas, entretanto, exigindo entrosamento de órgãos e conjugação de esforços em prol de um objetivo comum - o bem do Nordeste e, portanto, o do Brasil.

O ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE recomenda, pois, a execução das seguintes medidas de entrosamento de órgãos governamentais e particulares como experiência-piloto no Nordeste:

### I - MEDIDAS FUNDAMENTAIS DE CARÁTER ADMINISTRATIVO E ORÇAMENTÁRIO

A) Liberação imediata das verbas destinadas à aplicação no Nordeste: esta providência a ser adotada pelo Governo da República, através do Ministério da Fazenda e cumprida pelos órgãos a este subordinados, tanto no centro como nos Estados, constituirá ensejo para desenvolvimento de serviços públicos na região, alguns, aliás, já iniciados e no momento paralizados, impedindo o emprêgo de numeroso grupo de trabalhadores e prejudicando o andamento normal dos trabalhos relativos ao ano agrícola.

B) Salvaguarda, este ano, sem cortes e reduções, das verbas destinadas ao Nordeste: a perspectiva de que as dotações reservadas, no corrente exercício, a serviços públicos nesta região, venham a sofrer cortes e reduções, afetará profundamente a estabilidade da vida regional, por isso que criará o desemprego e, ao mesmo tempo, entravarará o ritmo normal de desenvolvimento de atividades, cuja paralização terá efeitos violentos na economia nordestina.

C) Não-inclusão do Nordeste, a partir de 1957 no chamado "plano de economia": como complemento à idéia anterior, e já agora de maneira mais permanente, é recomendável seja o Nordeste excluído, a partir de 1957, dos planos de economia que venha o Governo da República a adotar, de maneira que se assegure continuidade na realização de obras e serviços de indiscutível necessidade ao desenvolvimento de uma zona subdesenvolvida, permitindo manter-se sempre em emprêgo o maior número possível de trabalhadores;

D) Irreversibilidade das verbas destinadas ao Nordeste: esta é outra providência julgada de interesse imediato para a região, pois contribuirá para que se evite voltem aos cofres federais verbas distribuídas aos Estados, mas cuja aplicação não pôde ser feita no momento oportuno, com o que se tornará possível a continuidade de serviços e a realização de empreendimentos, para os quais se manterá utilizada a mão de obra necessária.

II) MEDIDAS DE EXECUÇÃO IMEDIATAA) PROJETOSProjeto nº 1 - MaranhãoCriação de núcleo colonial no vale do Mearim

Nos termos da sugestão da Presidência da República, originária do D.N.P.V., para o aproveitamento econômico do Vale do Mearim, foi julgada conveniente a instalação pelo INIC naquela Vale de um núcleo colonial a ser localizado, ainda este ano, no polígono formado pelas cidades de Itapecurú Mirim - Bacabal - Pedreiras - Caxias - Coelho Neto - Coroatá.

Representará ele imensa contribuição à fixação do nordestino à região e ao levantamento das condições de vida no local.

Destinar-se-á à produção de gêneros de subsistência, especialmente arroz, e pequena criação. O "suporte econômico" da atividade do colono será a exploração do babaçú e os lotes terão a área mínima de 10 ha.

A primeira etapa consistirá na localização de 2.000 famílias (em média 12.000 / 15.000 pessoas).

Para a execução desse projeto ficou estabelecida a entrosagem dos seguintes órgãos:

- a) Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), mediante convênio a ser assinado para o respectivo financiamento à conta da verba específica para colonização;
- b) Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), para a proteção anti-malária e contra outras endemias rurais prevalentes na área;
- c) Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (DNPRC), para a intensificação da construção do porto de Itaqui, indispensável ao escoamento da produção do núcleo;
- d) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNEC), prosseguimento das obras que executa na região;
- e) Banco do Brasil S.A. (BB), cessão da usina de beneficiamento de mandioca, instalada em Itapecurú-Mirim, pela Comissão Executiva da Mandioca, e que nunca funcionou;
- f) Estado do Maranhão: obtenção e pronta disposição das terras;
- g) Serviço Social Rural (SSR): organização dos serviços sociais e educativos que se fizerem necessários, articulado, conforme o caso, com as já mencionadas entidades e outros Serviços específicos no setor social.

Órgão coordenador: Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Projeto nº 2 - PiauíCriação de núcleo colonial no vale do Parnaíba

Ainda, consoante a sugestão da Presidência da República, proveniente do DNOCS, visando ao aproveitamento das terras marginais do Rio Parnaíba, foi aceito, pelo INIC, o projeto de instalação de um núcleo colonial às margens daquele rio, em área apropriada, a ser escolhida, no trecho compreendido entre as cidades de Teresina e Porto.

O INIC realizará, ainda este ano, estudos indispensáveis em conjunto com a Arquidiocese de Teresina, para decidir qual o melhor tipo de colônia a ser ali realizado. Em princípio, prevê-se, para a mesma, uma cultura diversificada, compreendendo horticultura irrigada, culturas permanentes extrativas ou fruticultura (citricultura) como base econômica, e associação da pecuária à agricultura, especialmente para a produção de adubo orgânico.

O resultado dos estudos permitirá a elaboração de um plano, de tal maneira que o seu financiamento possa eventualmente vir a ser realizado pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil.

O INIC se entrosará com o Serviço Agro-Industrial do DNOCS e com o DNPV para o aproveitamento adequado das verbas destinadas à irrigação e fomento ainda este ano. O DNPV informou que seu Departamento somente poderá contribuir para as obras desse núcleo se houver liberação de verbas.

O INIC se entrosará também com o SSR e a Arquidiocese de Teresina para a atuação conjunta no atendimento nos aspectos sociais e educativos que o projeto impõe.

A colônia projetada poderá integrar-se economicamente com a prevista para o Maranhão e, como esta, terá efeito a longo prazo.

Orgão coordenador: INIC

Projeto nº 3 - Ceará

Criação de núcleo colonial para o abastecimento de Fortaleza

Foram aceitas as sugestões do documento da Presidência da República, no sentido de ser instalado pelo INIC um núcleo colonial tipo "cinturão verde", a localizar-se numa área de 100 km em torno da cidade de Fortaleza, e já objeto de convênio entre o INIC, o governo do Estado e o sistema BNB-ANCAR.

É necessário, entretanto, que o Governo do Estado do Ceará desaproprias as terras destinadas ao Núcleo, a serem pagas com a cota financeira do INIC, ficando a cargo dos recursos dos demais participantes do convênio os trabalhos iniciais de instalação da unidade colonizadora.

O INIC comprometeu-se a realizar entendimentos com o Estado do Ceará, informando-o de que, se até 31 de julho não fôr iniciado o processo de desapropriação, lamentará ver-se na contingência de denunciar o convênio existente e aplicar a verba em outro Estado do nordeste ainda este ano.

Orgão coordenador: INIC

Projeto nº 4 - Rio Grande do Norte

Construção do pôrto teleférico de Areia Branca

De acôrdo com as sugestões constantes do documento da Presidência da República e originárias do Instituto Nacional do Sal, recomenda-se a intensificação, pelo DNPRC, das obras de construção do pôrto teleférico de Areia Branca, para o que já existe uma verba inicial de Cr\$ 88 000 000,00.

A intensificação da obra daria ocupação a inúmeros trabalhadores e a sua conclusão teria grande importância para todo o Nordeste, porquanto Areia Branca é o pôrto de escoamento de uma vasta região que abrange os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, servida pela E.F. Mossoró-Souza que entronca, em Souza, na Paraíba, com a Rede de Viação Cearense.

Orgão coordenador: Instituto Nacional do Sal.

Projeto nº 5 - Rio Grande do Norte

Incentivo ao desenvolvimento econômico dos vales sêcos do Açú e Apodi

O aproveitamento desses vales, no baixo Piranhas e Apodi interessando aos municípios de Açú, Ipanguaçu, São Rafael, Pendências e Apodi representa contribuição da mais alta valia para a fixação do homem nordestino ao seu meio. Para irrigação, pode ser utilizada uma área útil de 12.000 ha, da qual apenas cerca de 200 ha é atualmente irrigada. Trata-se de terra de grande fertilidade, que dispõe de possibilidades econômicas e sociais para a fixação em caráter permanente, de 500 a 1.000 famílias, produzindo cereais.

Sugere-se a aplicação, neste projeto, das verbas de Cr\$ 4.000 000,00 e Cr\$ 2.000 000,00, consignadas no presente exercício ao D.N.P.V., o qual se entrosará:

- a) com o Serviço Agroindustrial do DNOCS, que dispõe de recursos específicos para o Açú;
- b) com a Secretaria da Agricultura do Estado, detentora de verbas resultantes do Acôrdo celebrado com o Ministério da Agricultura, para assistência técnica ao empreendimento;
- c) com o DNERu, para cooperar nos problemas específicos de sua competência;
- d) com a Arquidiocese de Natal e a Diocese de Mossoró, articuladas com o SSR para a assistência social e religiosa que o projeto compreende.

Orgão coordenador: DNPV.

Projeto nº 6 - ParaíbaInstalação hidroelétrica no açude "Curema"

Foi acolhida a sugestão constante do documento da Presidência da República, de iniciativa do D.N.O.C.S., no sentido de proceder-se à instalação do equipamento hidroelétrico do açude "Curema", para o que, aquêlê Departamento dispõe, no presente exercício, da verba específica de Cr\$ 8.000.000,00.

Em consequência dêsse trabalho, o Serviço Agroindustrial do D.N.O.C.S. deverá promover o aproveitamento agrícola das terras marginais, sob a forma de colonização irrigada, entrosando-se, para tanto, se necessário fôr, com o INIC, que se comprometeu a prestar tôda e qualquer colaboração técnica.

Na região, outros órgãos executam serviços federais, movimentando verbas específicas de vulto, podendo, eventualmente, colaborar, direta ou indiretamente, no projeto:

- 1º Grupamento de Engenharia do Exército, que constrói as rodovias Patos - Santa Luzia, Patos - Piancó-Conceição-Mauriti e Caicó - Serra Negra - Pombal.
- D.N.E.R., que constrói a BR-23, no trecho Campina-Grande - Patos.
- D.N.E.F., que executa a ligação ferroviária Campina-Grande - Patos.
- S.S.R., para executar a parte referente a seus objetivos, no corpo do projeto.

Órgão coordenador: D.N.O.C.S. e seu Serviço Agroindustrial

Projeto nº 7 - PernambucoAparelhamento do pôrto do Recife para escoamento e distribuição de fosfato e construção de ramal da R.F.N. para o mesmo fim.

O incremento da produtividade agrícola, no Nordeste, relaciona-se com a adoção de técnicas modernas de agricultura, entre elas a de restituir à terra, por meio de adubação adequada, o que as culturas dela retiram. O desenvolvimento da produção de fosfatos inclui-se como medida de inadiável alcance, encontrando-se nas jazidas de fosforita de Olinda uma fonte a ser aproveitada. Nas cercanias daquela cidade, monta-se, neste momento, uma instalação para beneficiamento daquele minério, que começará a funcionar em janeiro de 1957.

Como medidas que poderão facilitar o escoamento e distribuição racionalizada da produção de fosfatos, recomenda-se:

- a) imediata execução das obras de ampliação do Pôrto do Recife, para o que existe, neste ano, verba do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (Ministério da Viação), em valor superior a Cr\$ 53.000.000,00;
- b) imediata liberação e aplicação da verba de Cr\$ 10 000 000,00 prevista no corrente exercício pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (Ministério da Agricultura), para instalação de um silo embarcador de fosfato a granel, no Pôrto do Recife;
- c) intensificação das obras de construção do ramal ferroviário ligando as jazidas de fosfato de Olinda ao sistema ferroviário do Nordeste, através da R.F.N. (verba de Cr\$ 10 000 000,00).

Projeto nº 8 - PernambucoInstalação de um núcleo colonial para abastecimento de Recife

Foi aceita a sugestão contida no documento da Presidência da República e originária do INIC, no sentido da instalação de um núcleo colonial tipo "cinturão verde", a ser localizado dentro de um raio de 100 km em torno da cidade do Recife, para o que já existe convênio firmado por aquela autarquia, o governo do Estado e o sistema BNB-ANCAR.

O Governo do Estado deverá desapropriar as terras necessárias a serem pagas com a contribuição estabelecida para o INIC, no corrente ano, aplicando-se a quota dos partícipes nos trabalhos de instalação.

Se, entretanto, o processo de desapropriação não fôr iniciado até 31 de julho o INIC deverá denunciar o convênio e aplicar a verba respectiva em outro Estado do Nordeste.

Órgão coordenador: INIC

Projeto nº 9 - PernambucoInstalação de um Pôsto de Migração em Petrolina

Foi acolhida a sugestão do INIC, visando a instalar, imediatamente, um Pôsto de Migração em Petrolina, para o qual já existe projeto aprovado naquela Autarquia. Recomenda-se, para que tal órgão venha realmente a preencher suas finalidades, o entrosamento com outros serviços federais, tais como o SESP, a Comissão do Vale do S. Francisco, o D.N.E.Ru, o Serviço Social Rural, o Governo Estadual, empresas ferroviárias e rodoviárias e a Diocese.

Órgão coordenador: INIC.

Projeto nº 10 - AlagoasInstalação de 200 famílias na Colônia Pindorama

Aprovou-se o projeto que objetiva localizar, ainda no corrente ano, 200 famílias nordestinas na Colônia Pindorama, nos Municípios de Penedo e Coruripe. Recomenda-se, para que o objetivo seja realmente alcançado, o entrosamento com a Cia. Progresso Rural dos órgãos cuja colaboração se faz necessária, quais sejam:

- D.N.E.R. e CBR (AL), para a construção imediata, de 2 pontilhões e de 1 atêrro na Estrada que ligará Pindorama - Penedo, a ser executada pela própria Companhia; e bem assim a modificação de traçado da BR-11, a fim de ligar a cidade de Penedo à de Maceió, passando nas proximidades da Colônia Pindorama e dos vales úmidos de Coruripe, Marituba e São Miguel;

- D.N.E.Ru, para a instalação, ainda este ano, na Colônia Pindorama, de um Pôsto Médico para combate à esquistosomose, equipando-o com o pessoal e material necessário;

- INEP, para dar contribuição financeira à construção, ainda este ano, na Colônia Pindorama, de um Grupo Escolar e de 5 escolas isoladas;

- D. Nacional da Criança, para colaborar na instalação de uma sala para maternidade;

- ANCAR, colaborando na seleção de colonos nordestinos e instalando, no fim do corrente ano, um Escritório de Crédito Supervisionado na Colônia.

A Companhia Progresso Rural deverá dirigir-se aos mencionados órgãos para receber a colaboração indicada e aprovada.

A Diocese de Penedo já está colaborando com a unidade de colonização no que tange à assistência religiosa.

Projeto nº 11 - SergipeInstalação de Postos de Migração em Aracajú e Propriá

Foram acolhidas as sugestões do INIC para instalar Postos de Migração, nas cidades de Aracajú e Propriá, consoante os projetos que já aprovou. Para que tais órgãos atendam a seus fins, recomenda-se o entrosamento com outros serviços federais, como sejam o SESP, Comissão do Vale do S. Francisco, D.N.E.Ru, S.S.R., Governo Estadual e Empresas ferroviárias e rodoviárias e com a Diocese de Aracajú, que desenvolve sério programa de assistência social à população marginal quase tão somente com contribuições financeiras de origem particular.

Órgão coordenador: INIC.

Projeto nº 12 - BahiaInstalação de Postos de Migração em Feira de Santana e Mapele

Consoante propostas do INIC, foi aprovada a instalação, por essa Autarquia, e segundo seus projetos já existentes, de Postos de Migração em Feira de Santana e Mapele, devendo, para esse fim, entrosar-se com o SESP, Comissão do Vale do S. Francisco, D.N.E.Ru, S.S.R., Governo Estadual e empresas ferroviárias e rodoviárias e com a Arquidiocese de Salvador.

Órgão coordenador: INIC.

Projeto nº 13 - BahiaInstalação de 350 famílias, pelo INIC, em seus núcleos coloniais, no corrente ano.

Foi aprovada a proposta do INIC para instalar, ainda no corrente ano, 350 fa-

mílias nos 7 núcleos que mantém no Estado da Bahia, devendo para isso entrosar-se com o D.N.E.Ru, a ANCAR, o Banco do Nordeste do Brasil e o Ministério da Viação, aos quais se recomenda prestar a sua colaboração.

Orgão coordenador: INIC

Projeto nº 14 - Região Nordeste

Construção de casas para trabalhadores

Aprovou-se sugestão no sentido de que a Fundação da Casa Popular promova medidas necessárias à construção de habitações para trabalhadores da região nordestina, em condições mínimas indispensáveis ao bem-estar humano. Para este empreendimento, deve aquele órgão, como coordenador e principal executor, entrosar-se com o INIC, o S.S.R., o D.N.S., o SESP, o D.N.E.Ru, a Comissão do Vale S. Francisco, o Banco do Nordeste do Brasil, Institutos de Previdência federais e estaduais, Caixas Econômicas e com as respectivas Arquidioceses e Dioceses.

Orgão coordenador: Fundação da Casa Popular.

Projeto nº 15 - Paraíba e Alagoas

Desenvolvimento da indústria leiteira no Cariri Velho e no Baixo S. Francisco

O Cariri Velho da Paraíba e a região de Jacaré dos Homens (Pão de Açúcar), Batalha e Major Isidoro, em Alagoas, possuem condições ecológicas especiais para o desenvolvimento da criação de gado e da indústria de leite e derivados, na base da palma forrageira e da água. Há absoluta conveniência de, através de projetos técnica e financeiramente formulados e executados, fundar a indústria leiteira, em caráter estável nessas duas áreas, com o objetivo de, também, abastecer de derivados do leite o Nordeste brasileiro.

Os dois projetos-piloto, uma vez aprovados pela experiência a ser tentada, seriam posteriormente estendidos a outras áreas do Polígono, particularmente às serras do agreste. Nesses dois projetos iniciais deverá, pela primeira vez, ser tentado o crédito orientado do Banco do Nordeste em entendimento com a CREA do Banco do Brasil.

Poderão entrosar-se:

- a) criadores selecionados em cujas terras seria fomentado o plantio da palma forrageira e leguminosas de valor agrostológico;
- b) a Comissão do Vale do São Francisco (projeto de Alagoas) e o D.N.O.C.S. (projeto da Paraíba), que construirão aguadas mediante obras de barragens e sistemas e perfurações de poços, utilizando verbas específicas de seu atual orçamento;
- c) o D.N.P.V. e o D.N.P.A., bem como as Secretarias da Agricultura de ambos os Estados, que realizarão a assistência técnica ao estudo e execução dos projetos, com os meios e reservas existentes em seus orçamentos, no corrente ano, para os dois Estados;
- d) o sistema Banco do Nordeste - Banco do Brasil, que fará o financiamento, na forma do crédito orientado, aos particulares e para a montagem das indústrias dos dois referidos projetos;
- e) a FAB e o Ministério da Marinha, que farão o transporte do sul, para as duas zonas, dos reprodutores e matrizes adquiridos por interessados e pelo D.N.B.A.

Orgão coordenador: Banco do Nordeste.

Projeto nº 16 - Região Nordeste

Produção e distribuição de sementes

Um dos problemas mais importantes ligados ao desenvolvimento da agricultura no Nordeste é o referente a sementes selecionadas.

O Governo Federal estabeleceu convênio com a quase totalidade dos Estados do Nordeste, no montante de Cr\$ 36.000 000,00, com o fim primordial de se dedicarem eles a produção de sementes selecionadas, mudas e enxertos.

Para a realização desse trabalho ficou definida a colaboração dos órgãos que se seguem:

- a) o S.N.P.A. e as Secretarias da Agricultura dos Estados ficarão incumbidos de produzir linhagens puras;
- b) o D.N.P.V. e as Secretarias de Agricultura dos Estados ficarão incumbidas da multiplicação de sementes puras;
- c) o D.N.O.C.S., através de seu Serviço Agroindustrial, bem como a C.V.S.F., dentro das áreas de suas jurisdições, promoverão também a multiplicação das sementes puras.

Para estabelecer este plano e dividir as tarefas atribuíveis a cada Órgão, constituiu-se um grupo de trabalho com representantes do D.N.P.V., do Setor Agroindustrial do D.N.O.C.S., do S.N.P.A., da C.V.S.F. e dos Estados interessados, conjuntamente com um representante da C.R.B. para, até 30 de setembro, apresentar a matéria estudada e pronta para execução.

No que se refere ao algodão de fibra longa, recomenda-se que sejam realizados, entre o Ministério da Agricultura e os Governos dos Estados compreendidos no Polígono das Sêcas, acordos que visem a melhorar e incrementar a produção do algodão de fibra longa, principalmente a do algodão mocó, devendo para tanto contribuir as partes acordantes com recursos financeiros e pessoal técnico especializado.

#### Projeto nº 17 - Bahia

##### Programa de indústria animal do Nordeste

Tem importância especial o plano integrado de produção e indústria de origem animal para o Nordeste, onde é acentuada a carência de proteínas na alimentação. Chama-se a atenção para a área da Bahia e Nordeste de Minas, onde as possibilidades pecuárias são mais amplas. Essa área já exerce um papel regulador entre o mercado de abastecimento de carne da Bahia e nordeste e o do centro do País. O melhor aproveitamento das pastagens, bem como do desfrute dos rebanhos, através de matadouros bem localizados, permitirá melhorar sensivelmente o abastecimento do Nordeste.

Indica-se:

- a) - ao Conselho de Desenvolvimento que dê imediata atenção à atualização do plano de produção e indústria animal no que se refere ao Nordeste;
- b) ao BNDE e ao BNB que considerem com prioridade e presteza o financiamento dos matadouros e entrepostos de leite de interesse para a economia pecuária do Nordeste;
- c) ao Banco do Brasil para que não limite o crédito ao criatório, bem como à recria e, uma vez atendidas as possibilidades das diversas zonas pecuárias da região;
- d) ao Ministério da Agricultura para, em colaboração com os Governos dos Estados, desenvolver as atividades de fomento e defesa sanitária na região;
- e) ao Governo da Bahia que ajude, por intermédio do seu Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial, a pronta instalação do programa em seu território.

#### Projeto nº 18 - Bahia

##### Fábrica de Produtos biológicos de defesa sanitária.

O Encontro considerou importante para a região o melhor aproveitamento da experiência científica e técnica do Instituto Biológico da Bahia, através da fabricação em larga escala de vacinas e outros produtos.

Já tem o E.B.B. dado assistência aos serviços públicos e a criadores de todo o Nordeste. A instalação de uma fábrica virá trazer benefícios maiores à pecuária regional, bem como às lavouras e à própria saúde humana, criando melhores condições de auto-suficiência para a economia agrícola regional.

O projeto apresenta possibilidades de ser concretizado na base do entrosamento dos seguintes órgãos:

- a) ao Governo da Bahia para acelerar o projeto de instalação da fábrica, utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial;
- b) ao B.N.B. ou ao B.B., para ajudarem o financiamento de sua instalação;
- c) ao Ministério da Agricultura para colaborar no que lhe compete, para a pronta execução do desiderato.

Projeto nº 19 - Em benefício do Nordeste

Articulação de órgãos de fomento

Está provada a desarticulação entre os órgãos que realizam, no Nordeste, tarefas do fomento rural.

Os desentendimentos se processam, especialmente, no plano das atividades técnico-administrativas, ressaltando a repetição de serviço em uma mesma área ou a pulverização dos recursos.

Assim, se recomenda seja constituído, imediatamente, um grupo de trabalho integrado por dirigentes dos seguintes órgãos: D.N.P.V. e D.N.P.A. do Ministério da Agricultura; Diretoria da Produção e Assistência da C.V.S.F.; do Serviço Agroindustrial do D.N.O.C.S. e Serviços Especializados Estaduais, para estudo dos problemas e fórmulas da melhor solução para a questão, prazo de 90 dias.

B) INDICAÇÕES

Indicação nº 1 - Paraíba

Abastecimento d'água de Campina Grande

Constituindo a solução do abastecimento d'água de Campina Grande verdadeira barreira de contenção das correntes migratórias nordestinas para o Sul, dispõe, o Estado e o Município apenas de Cr\$ 50 000 000,00 e Cr\$ 4.000 000,00, respectivamente, recursos insuficientes para a realização das obras em curto prazo, como o exigem as necessidades dos cem mil habitantes dessa cidade, o maior núcleo populacional urbano do interior do Nordeste e Norte do Brasil. É recomendado, por isso, ao Governo Federal que, sendo como é, o referido abastecimento obra de emergência, devem ser utilizados os recursos do Fundo Especial de Socorro às Sêcas, para a sua imediata realização como serviço complementar da Barragem do Boqueirão de Cabaceiras, em via de conclusão, concedendo-se à sua execução alta prioridade e abrindo-se, com urgência o crédito especial de Cr\$ 50 000 000,00, no corrente exercício, por conta do aludido Fundo, para o ataque da Adutora e da Estação de Recalque das Águas. Deverá, ademais, ser elevada, no Congresso, de 70 para 120 milhões a verba para abastecimento d'água no Polígono das Sêcas, constante da Proposta Orçamentária para 1957, de cujo total se reservará o montante de 50% para as obras de Campina Grande, garantindo-se deste modo, com a prioridade já assegurada pela Usina de Volta Redonda, a fabricação das chapas e os serviços indispensáveis à tubulação e, bem assim, à montagem do sistema elétrico para acionamento do conjunto planejado.

Indicação nº 2 -

Aprovar regulamento do S.S.R. e prioridade para sua ação

Aprovado por lei e com presidente já nomeado, o S.S.R. não pôde ainda funcionar, por não ter sido ainda possível ser aprovado seu regulamento.

Houve generalizada solicitação ao Governo no sentido de aprovar o dito instrumento com a maior urgência possível. Suguiu-se ainda que, em caráter prioritário, iniciasse êle suas atividades pelo treinamento de pessoal e pelos municípios do Nordeste onde se localizassem os projetos-piloto.

Indicação nº 3 - Rio Grande do Norte

Obras do Açude Marechal Dutra

Foi acolhida a indicação no sentido de que o Primeiro Grupamento de Engenharia reinicie imediatamente as obras do Açude Marechal Dutra, que se encontram paralizadas, tendo em vista que, por sua localização na zona do Seridó, contribuirá para a fixação tanto de agricultores como de operários das indústrias de mineração circunvizinhas,

Indicação nº 4 - Rio Grande do Norte

Obras do Pôrto de Macáú

Ratificou-se a indicação, constante do documento da Presidência da República, e originária do I.N.S., no sentido de ser recomendado ao BNDE, CACEX e SUMOC que in-

terfiram para facilitar a iniciativa da Cia. Comércio e Navegação, a qual está empreendendo, em Macaé, uma grande salina mecanizada para 300/500.000 toneladas por ano, e a construção de um porto oceânico, com bacia de evolução.

Indicação nº 5 - Pernambuco

Perenização do rio Bituri

Mereceu aprovação a indicação no sentido de ser liberada a verba consignada no orçamento vigente, para as obras de perenização do rio Bituri, cuja bacia, interessando a um conjunto de 9 municípios pernambucanos, oferece condições propícias ao desenvolvimento de uma fábrica de leite condensado e cuja barragem, além de fornecer água potável a quatro cidades e a quatro grandes fábricas de gêneros alimentícios, ainda aumenta as possibilidades de produção da área agropecuária circunvizinha pela irrigação.

Indicação nº 6 - Região Nordeste

Prioridade para assistência financeira às indústrias de fertilizantes, de inseticidas e de fungicidas.

Atendendo à capital importância dos fertilizantes, inseticidas e fungicidas na economia agrícola de Nordeste, e à existência na região, não só de preciosas jazidas de fosfato, como de material inerte indispensável ao fabrico de inseticidas, foi aceita e é vivamente recomendada:

- a) concessão de prioridade à assistência econômico-financeira para a criação, ou o desenvolvimento, das indústrias de fertilizantes, inseticidas e fungicidas estabelecidas ou que se venham a estabelecer no Nordeste;
- b) concessão de prioridade, mesmo em caráter excepcional, para a importação de maquinário e equipamento destinados ao aparelhamento dessas indústrias;
- c) instalação, no mais breve prazo, de fábricas de inseticidas e fungicidas, nas regiões de Garanhuns e Petrolina (Pe) e João Pessoa (Pb), onde existe abundância de material inerte.

Indicação nº 7 - Bahia

Fábrica de Nitrogênio

Com os adubos fosfatados em Olinda, e a produção de nitrogênio, com projeto já em fase adiantada na Bahia, o Nordeste se encaminha para a auto-suficiência na produção de fertilizantes.

Recomenda-se:

- à CACEX a pronta expedição das licenças de importação necessárias para os equipamentos já financiados;
- ao BNDE a concessão da garantia necessária ao financiamento estrangeiro e a complementação do capital em cruzeiros.

Indicação nº 8 - Sergipe

Usina de soda cáustica, ácido clorídrico e fosfato de cálcio

Apelo à SUMOC no sentido de que faça um exame prioritário para o pedido de licença de importação do equipamento que será financiado no Exterior à BRACEPA S.A. (Industrial, Exportadora e Transportadora) para a instalação, em Aracaju, de uma Usina destinada à produção de Soda Cáustica (40.000 toneladas anuais) Barrilha (40.000 toneladas anuais) - Ácido Clorídrico (60.000 toneladas anuais) e Fosfato de Cálcio (86000 toneladas anuais).

É desnecessário dizer o que representa essa indústria, não só para a economia de Sergipe e do Nordeste como para a economia nacional. Sergipe, como é sabido, possui grandes reservas do melhor salgema do mundo. A instalação dessa Usina libertará o pequeno Estado de Sergipe do círculo de dificuldades que o asfixia.

Sobre o interessantíssimo aspecto social e humano vale ressaltar que essa Usina que foi projetada pelos escritórios mundialmente famosos de KREBS & Cia. de Paris, virá dar emprego efetivo a cerca de 10.000 nordestinos.

Indicação nº 9 - Nordeste semi-árido e Vale do S. Francisco

Cambiais para a importação de moto-bombas e perfuratrizes

Autorize a SUMOC que a Comissão do Vale do São Francisco, com recursos específicos de Cr\$ 10 000 000,00 em seu orçamento, bem como a D.N.P.V., com Cr\$ 28 000 000,00, possam obter as necessárias cambiais para a aquisição e importação de moto-bombas e perfuratrizes, para uso e revenda a pequenos agricultores do país, particularmente do Nordeste semi-árido e do Vale do São Francisco. A importância relativa ao Fomento deve originar-se dos recursos constantes do Plano de Economia, cuja liberação é necessária.

Indicação nº 10

Ampliação de recursos para a ANCAR

Solicita-se seja consignado no orçamento do Ministério da Agricultura, em 1957, a verba de Cr\$ 25 000 000,00, destinada à ampliação dos serviços de extensão rural com jugada ao crédito supervisionado da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), verba que, no corrente exercício, é de Cr\$ 14 500 000,00.

Recomendam-se convênios estaduais para descentralização do programa da ANCAR.

Indicação nº 11

Recuperação de máquinas e patrulhas moto-mecanizadas

Solicita-se providência urgente ao Ministério da Agricultura no sentido de determinar a recuperação do maquinário e das patrulhas mecanizadas que se acham em precário estado de conservação, determinando, através das Secções Estaduais de Fomento Agrícola, o imediato levantamento das necessidades quanto a peças e sobressalentes necessários ao perfeito funcionamento desse maquinário.

Os recursos para esta recuperação deverão ser buscado, em parte, do total de Cr\$ 167 000 000,00, constante dos cortes de economia de D.N.P.V.

Indicação nº 12

Pequena açudagem

Solicita-se que o Banco do Nordeste dê prioridade aos estudos que vem realizando no que tange à necessidade de financiamento à construção de pequenos açudes e perfuração de poços.

Indicação nº 13

Estudos sobre a colonização do Baixo São Francisco

Acolhendo sugestão da CHESF, o EBN considera da maior urgência e importância a colonização do Baixo São Francisco e seu aproveitamento econômico, como solução para incrementar a produção, fixar ali milhares de pessoas e preparar as bases de sobrevivência à futura população das indústrias que serão atraídas pela irreprimível influência da CHESF.

Para estudar o assunto, o INIC comprometeu-se a convocar, até 15 de junho deste ano, no Rio de Janeiro, uma reunião de representantes da C.V.S.F., da CHESF e da Companhia Progresso Rural.

Indicação nº 14

Estudos para colonização irrigada na região seca do Estado de Alagoas

O representante do Estado de Alagoas sugeriu o estudo da instalação de um núcleo colonial da região seca, município de Delmiro Gouveia, naquele Estado, irrigado por gravidade face ao desnível existente de 200 m. em relação ao Rio de S. Francisco. O empreendimento já foi considerado viável pelo D.N.O.C.S. desde que baseado em culturas próprias da região, como o algodão-mocó e a palma.

O D.N.P.V. informou dispor, neste ano, de uma verba de Cr\$ 1 000 000,00 para fomento da produção de Mocó naquela região, a qual poderia ser entrosada no empreendimento.

A sugestão foi aprovada, devendo o INIC coordenar-se, para esse fim, com o D.N.P.V. e com o Serviço Agroindustrial do DNOCS.

Indicação nº 15Empréstimos fundiários

O acesso à terra própria é problema que urge seja enfrentado, visando a fixar o homem rural, evitando sua fuga ao seu ambiente, e para que isto se concretize recomenda-se ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste incrementem os empréstimos fundiários, de preferência a lavradores já experimentados e a trabalhadores rurais.

Indicação nº 16Empréstimos de crédito pessoal

No campo de crédito, no Nordeste, lutam os pequenos agricultores com dificuldades para a obtenção do chamado crédito pessoal, cuja rápida contratação muito facilitaria a economia regional e atenderia às dificuldades momentâneas dos que dele se beneficiassem.

Sugere-se, nesse sentido, que a direção superior do Banco do Brasil recomende às suas agências no Nordeste facilitem o levantamento de pequenos empréstimos até Cr\$ ... 100 000,00 aos agricultores.

Indicação nº 17Financiamento à cultura do sisal

Tornaram-se obsoletas e, conseqüentemente, inadequadas ao meio rural do Nordeste, as atuais normas de financiamento à cultura do sisal, em face do que se torna recomendável a sua atualização, quer para o plantio, quer para o beneficiamento daquela fibra. Além disso, recomenda-se, ainda para o mesmo produto, a intensificação dos empréstimos através do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

Indicação nº 18 - Região NordesteRetenção e emprêgo, no Nordeste, das contribuições recolhidas pelas instituições de previdência.

Foi adotada, pelo seu grande alcance social e econômico, com base em proposta do 1º Grupamento de Engenharia, do Ministério da Guerra, indicação no sentido de que as contribuições recolhidas pelas instituições de previdência, em cada Estado do Nordeste, aí permaneçam obrigatoriamente para efetiva aplicação, segundo os fins a que são destinadas.

Indicação nº 19 - Região NordesteAssistência social direta aos trabalhadores de obras públicas

Foram aprovadas, tendo em vista seu elevado alcance social e humano, e são recomendadas com o maior destaque, as seguintes sugestões formuladas pelo 1º Grupamento de Engenharia, do M.G., para serem executadas diretamente pelos órgãos encarregados da execução de obras públicas no Nordeste, em benefício dos seus trabalhadores e respectivas famílias:

- a) promover o estabelecimento de escolas modestas, inclusive escolas volantes, nos locais de execução das obras;
- b) instalar e manter, nos mesmos locais, armazéns para fornecimento de gêneros de primeira necessidade, a preços de custo;
- c) instalar e manter, também nos mesmos locais, postos médicos e dentários, devidamente equipados com pessoal e material, inclusive medicamentos.

Para concretizar essas medidas, os órgãos diretamente responsáveis se entrosarão, quando necessário, com os serviços específicos da administração pública, seja federal, estadual ou municipal, requisitando-lhes colaboração.

Indicação nº 20Experiência de crédito orientado

Recomenda-se uma experiência de crédito orientado no Vale do São Francisco com uso de processos de irrigação.

Órgãos executivos: Banco do Nordeste e Comissão do Vale São Francisco.

Indicação nº 21 - Estudo da palma

O Amplo programa de fomento e financiamento adequado da cultura da palma constitui objetivo a ser alcançado para dar a êsse programa mais larga eficiência. Decorre

Decorrente desta observação a necessidade de promover-se um estudo de caráter agro-econômico e bromatológico da palma no Nordeste.

Recomenda-se que esse estudo seja levado a efeito no prazo de 6 meses pelos Órgãos técnicos do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, com a colaboração de especialistas da Divisão de Fomento da Produção Animal do Ministério da Agricultura. Tal providência, entretanto, deverá ser efetivada sem prejuízo da continuidade do financiamento nas bases atuais.

#### Indicação nº 22

##### Abastecimento d'água de Cajazeiras

Uma vez que o BNDE já colocou, à disposição, para início das obras de abastecimento d'água da cidade de Cajazeiras, complementares às da construção do açude Boqueirão de Piranhas, a importância de Cr\$ 5 000 000,00, foi acolhida a indicação de que à respectiva Prefeitura Municipal seja concedida o financiamento suplementar necessário à terminação das mesmas obras, estimadas no total de Cr\$ 35 000 000,00.

Cajazeiras constitui importante barreira de contenção às migrações que procedem do alto sertão paraibano e cearense.

### III) ESTUDOS E PROVIDÊNCIAS PARA O COTÓRIO POSTERIOR

#### A) Reforma do Ministério da Agricultura

O Encontro considera fundamental a elaboração de estudos e providência que visem a tornar mais rápido o funcionamento dos órgãos administrativos em favor do Nordeste e para isto adota os seguintes princípios:

1. O desenvolvimento rural do Nordeste está entravado, em parte, pelo funcionamento obsoleto dos órgãos do fomento agropecuário, tornando-se indispensável estabelecer unidade de orientação técnica e administrativa, dentro de prévio planejamento de programas de trabalho. Na primeira fase se impõe a realização de um convênio inter-administrativo que permita o entrosamento permanente dos serviços federais, estaduais e municipais conjugado à colaboração de entidades privadas, para extrair o máximo de rendimento dos recursos disponíveis de todos estes órgãos. A experiência adquirida com a execução dessa coordenação inter-administrativa levaria o Governo à realização da segunda fase, que seria uma reforma substancial dos quadros técnicos e administrativos do Ministério da Agricultura e dos serviços afins.

Como pontos fundamentais dessa reforma salientam-se os seguintes:

- a) a necessidade de desburocratizar os órgãos federais de assistência técnica ao agricultor;
- b) a conveniência de que todo o serviço de fomento e experimentação, progressivamente e por etapas, se transforme num sistema de extensão;
- c) a uniformização dos critérios e normas locais de ação, quanto à prestação de serviços, procurando-se evitar que sejam entregues encargos administrativos a agrônomos e veterinários - agentes do fomento - de modo que sua tarefa técnica fique plenamente livre;
- d) condicionamento de toda a ação de fomento rural a um planejamento técnico e executivo que tome como base a participação dos agricultores interessados e suas organizações e tenha em vista o trabalho com finalidade educacional;
- e) a articulação efetiva dos vários órgãos federais que, direta ou indiretamente, operam no campo da Agricultura e da Pecuária.

2. Sugere, assim, o Encontro que, considerados os princípios acima indicados, seja constituído um grupo de técnicos especializados em extensão agrícola, fomento e administração rural, com o objetivo de investigar do mau funcionamento dos sistemas atuais de fomento, propondo as medidas julgadas indispensáveis para a reforma desses sistemas. Esta comissão poderá ser constituída, dentre outros, de técnicos do D.N.P.V. e D.N.P.A. e do S.N.P.A. do Ministério da Agricultura; de representantes da produção da C.V.S.F., do Serviço Agroindustrial do DNOCS, da Comissão Nacional de Política Agrária, da Confederação Rural Brasileira, da ANCAR, ASCAR, ACAR.

Esta Comissão trabalhará adotando, dentre outros, os seguintes pontos:

- a) promover medidas concretas no sentido de preparar e formar pessoal técnico;
- b) incorporar necessariamente problemas de economia doméstica do agricultor aos programas de fomento;
- c) incluir, obrigatoriamente, nas escolas superiores de agricultura e veterinária

nária as cadeiras de Sociologia Rural, Extensão Agrícola e Administração Rural;

- d) estabelecer entrosamento entre fomento ou extensão com os sistemas de experimentação agrícola e, quando possível, ao crédito rural
- e) descentralizar os sistemas de fomento ou extensão rural;
- f) pôr em execução uma política de zoneamento para produção;
- g) estabelecer um sistema de aplicação de verbas em condições tais que as dotações orçamentárias possam ser empregadas a partir do mês de janeiro, início efetivo do ano agrícola;
- h) fazer um levantamento dos técnicos, oficiais ou não, que tenham curso especializado em ciências sociais e mobilizá-los para os trabalhos em sua especialização;
- i) evitar a substituição de técnicos de comprovada idoneidade profissional que estejam prestando serviços eficientes nos órgãos a seu cargo, a fim de não ensejar a descontinuidade prejudicial aos trabalhos técnicos.

#### B) Medidas legislativas

Além das medidas de longo alcance relativas, seja à coordenação de trabalhos agrícolas dos órgãos federais, seja à reforma substancial do Ministério da Agricultura, o Encontro considera indispensáveis ao desenvolvimento econômico-social do Nordeste, as medidas previstas nos ante-projetos de lei de irrigação no Polígono das Sêcas e de acesso à exploração agrícola, elaborados pela Comissão Nacional de Política Agrária e, neste sentido, sugere ao Senhor Presidente da República o seu rápido encaminhamento ao Congresso, dirigindo, ao mesmo tempo, apêlo aos parlamentares brasileiros, sobretudo os representantes do Nordeste, para breve aprovação desses projetos.

#### C) Estudos de colonização no Nordeste

O Encontro recomenda, como medida necessária a um melhor estudo das condições da colonização da região, que seja criado no Grupo de Planejamento do Nordeste, a ser organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento, um sub-grupo para planejamento da colonização no Nordeste, com a participação de todos os órgãos públicos e organizações particulares que, no momento, empreendem atividades na região, a fim de evitar a dispersão de esforços e a falta de coordenação no desenvolvimento regional. Sugere ainda que, na execução do plano de colonização no Nordeste, haja preferência para as bacias irrigáveis dos açudes públicos, às margens dos rios que possam servir para irrigação e aos vales úmidos.

É sugerido também que estes estudos de planejamento incluam igualmente as possibilidades de desenvolvimento de colonização no litoral sul do Estado da Bahia e em certas regiões do interior do mesmo Estado particularmente favoráveis.

#### D) Planejamento do crédito rural

Considerando que foram apresentadas indicações fundamentais para a racionalização, eficiência e expansão do crédito rural no país e, sobretudo no Nordeste, tornam-se indispensáveis providências para concretização das medidas sugeridas. Nesse sentido, considera o Encontro como de urgente necessidade que se constitua um grupo de estudos integrado por especialistas da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), Banco do Nordeste do Brasil, Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), além de outros especializados em crédito rural, inclusive solicitando a colaboração da FAO no grupo de planejamento regional, para apresentar, no prazo de 6 meses, os estudos conclusivos referentes às recomendações apresentadas, especialmente no que diz respeito à formulação de ante projeto de lei e regulamentação do crédito rural, partindo das indicações e sugestões apuradas pelo Encontro relativas à matéria e que abrangem os seguintes pontos essenciais: coordenação de atividades e programas, elaboração de projeto de lei de crédito rural, criação de um fundo de crédito rural, caráter educativo desse tipo de crédito, equipes de orientação técnica para assistir os mutuários, fomento ao cooperativismo, precioso instrumento do crédito ao produtor, e, finalmente, utilização dos bancos particulares na distribuição de crédito.

IV - CONCLUSÃO

Submetendo à apreciação do Governo da República as Conclusões supra, deseja o ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE salientar que as iniciativas nelas propostas de modo algum deverão afetar a continuação dos projetos e planos ora em andamento no Nordeste, e, ainda, que não constituem de nenhuma forma uma enumeração exaustiva dos que podem ser realizados dentro do mesmo espírito.

É perfeitamente possível que, se houvesse sido maior a representação dos órgãos responsáveis, nas diversas Unidades de Federação, pelos serviços públicos em seus vários setores no ENCONTRO de Campina Grande, maior número de experiências-piloto de entrosamento pudessem ser alinhadas neste documento que não tem a menor pretensão de ser completo nem, muito menos definitivo.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
Encontro dos Bispos do Nordeste  
Campina Grande, 21 a 26 de maio de 1956

## II

INDICAÇÕES QUANTO A PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS

( Plano a longo prazo )

O 1º Grupo de Estudos se reuniu sob a coordenação do Relator Romulo Almeida, assistido pelo Economista-Chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste do Brasil, economista Diogo A.N. de Gaspar, que colaborou, também, na redação deste Relatório.

Foram ventilados e debatidos diversos aspectos do problema da região, sob o ângulo de suas possibilidades de investimentos e da necessidade e justificativa do planejamento. Foram levados em conta também algumas contribuições escritas.

## CARENCIA DE PLANEJAMENTO

Os esforços nacionais em benefício do Nordeste têm padecido da mesma carencia de planejamento que se generaliza a todo o país. Não so é evidente a falta de qualquer programa global, como de projetos específicos adequadamente estudados ou planejados. Esta reunião é um documento da tomada de consciência do NE em relação a essa carencia e da atitude regional de liderança no sentido da adoção de um novo modo de programação e de investimentos publicos.

Hoje o NE já não se acotovela à caça de pequenos auxílios distritais ou específicos, com que se tentava atacar os efeitos sem tocar nas causas, e reclama um exame e um tratamento global ou estrutural dos problemas da região.

A falta de planejamento se expressa na propria pobreza de documentação ou de informações basicas, sem as quais ele não se pode realizar, e nem mesmo florescer qualquer surto de investimentos espontaneos ou apenas coordenados por uma consciencia comum dos fatos e pela formação sedimentar de uma política comum.

Há um folclore generalizado de que "no Brasil se planeja demais, o que falta é execução", pelo contrario, a experiencia do NE revela uma sucessão anarquica de ideias imaturas e projetos apressados, quando não de simples formulações, em termos convencionais, de interesses politicos ou economicos de pequenos grupos ou pessoas, os quais têm sido rotulados como planos, programas ou projetos.

Entre eles devemos ressaltar projetos respeitavelmente elaborados sob o ângulo de engenharia, porem incompletos, por exemplo, quanto a avaliação de custos e beneficios.

Em consequência, verifica-se a execução simultânea e intermitente de uma infinidade de coisas, desarticuladas entre si, resultando em altos custos e baixa produtividade dos investimentos feitos tanto pelo governo federal, como pelos estaduais.

Grandes desperdícios têm sido assim verificados, na experiencia tradicional, pela falta de planejamento adequado, seja o individual dos projetos ou empreendimentos isolados, seja o conjunto, que realize a coordenação global dos diferentes projetos.

Os órgãos técnicos, pela sua subordinação natural, bem como pela falta de pessoal qualificado em numero suficiente, estão indefesos face as injunções politicas na elaboração dos orçamentos e dos programas de obras; e, por sua vez, os politicos refletem, de um lado a insuficiencia de informação pela imaturidade dos estudos sobre os projetos especificos e a posição destes no conjunto, e, de outro lado, pela incipiencia de formação da opinião publica quanto as prioridades e outros criterios de planejamento para o desenvolvimento regional.

O planejamento se impõe, dessa forma, para a mobilização e conjugação de todos os esforços no sentido do desenvolvimento do NE e, paralela e consequentemente, da redução dos efeitos das secas sobre sua economia.

O planejamento de um grande programa nacional para o NE, auxiliando a iniciativa publica e privada regional, se justifica, ainda, pelo conjunto de recursos naturais e humanos de que dispõe a região e possibilitam o florescimento de uma economia em que se eliminem os baixos padrões de vida do nordestino comum e se permita uma substancial contribuição do NE para a expansão da economia nacional.

### Mudança de método e carência de técnicos

Cabe, porém, advertir, que planejamento implica numa mudança de mentalidade, de atitudes de métodos de trabalho. Aplicar o nome de planejamento ao açodamento na elaboração de listas de aquisições ou obras e simplesmente desmoralizar o vocábulo: e usar uma palavra fugida ao seu adequado conceito.

Planejamento implica numa documentação preliminar e em pesquisas responsáveis que dêem uma consciência dos recursos efetivos ou fatores de produção e uma consciência de interdependência e de sucessão dos vários programas e projetos, orientem quanto ao estabelecimento consequente de prioridades (face a limitação dos recursos), e adicionalmente se expressa ainda na análise das relações custos - benefícios e na seleção entre diferentes alternativas na solução dos problemas ou na projeção dos empreendimentos.

A partir dos esforços preliminares de coordenação ou planejamento, de que resultou o próprio Banco do Nordeste do Brasil, já dispõe, hoje, a região de uma organização técnica de documentação e estudos - o ETENE - que, de sua parte, vem preparando, com a colaboração de outros órgãos, como a CUBES e a Universidade da Bahia, uma equipe de especialistas. Mas ainda ressalta a grande escassez de técnicos para os próprios trabalhos de planejamento, bem como para a execução dos programas e empreendimentos planejados.

Donde a importância da formação do pessoal, a qual deve constituir o primeiro (embora simultâneo a outros) dos investimentos para o desenvolvimento regional.

As dotações dispendidas pelo Governo Federal nas universidades seriam mais que suficientes, se não fossem, como são, aplicadas sem a preocupação oportuna de produtividade social, num sistema educacional que não prepara nem os especialistas, nem os generalistas e humanistas no número e nas condições requeridas pelo processo de desenvolvimento.

O agudo problema de pessoal e a pobreza das pesquisas ressaltam a importância da assistência técnica, pelos órgãos federais ou de Estados mais experimentados em certos campos, bem como das entidades internacionais, uma vez adequadamente ajustadas as condições da região.

### Grupo de Planejamento do NE

Indispensável é também que o novel Conselho de Desenvolvimento Econômico, criado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, não absorva os recursos técnicos a sua disposição apenas no estudo dos grandes empreendimentos na escala nacional, ou solicitados pelo sul do país, mas os disponha também, compreensivamente, para a tarefa do planejamento regional, especialmente do nordeste. Convém advertir que se se retardar o trato dos problemas desta região, há muita probabilidade - e risco - de que o plano de desenvolvimento nacional venha a resultar num maior desequilíbrio no desenvolvimento regional do país, em outras palavras, uma distancia maior entre o Sul e o Nordeste e Norte do país.

É auspicioso, entretanto, registrar o ato do Exmo. Sr. Presidente da República criando, no Conselho de Desenvolvimento, o Grupo de Planejamento do Nordeste.

### INVESTIMENTOS

Maiores investimentos dependem de capital formado na região e aqui fixado, ou atraído de fora. Para isto se acentua a necessidade de bom planejamento global, bem como de bons projetos.

O primeiro alvo é mesmo alcançar maior produtividade, pela adoção de um método de planejamento, dos investimentos que já são feitos na região, sejam os particulares, cuja produtividade não é maior a falta de condições básicas de "capital social", sejam os investimentos públicos, destinados em princípio a criação destas condições básicas, mas que em grande parte se esterilizam hoje na pulverização das dotações, na descontinuidade, na pressa dos projetos mal estudados e na ausência de coordenação.

Não basta dispor do capital financeiro, importam sobretudo os recursos efetivos, ou sejam, os físicos e os humanos.

É preciso, ainda, afastar a noção errônea de que a simples existência de recursos físicos permite uma produção, "se houver dinheiro". Necessário é que exista a figura do empreendedor, ou seja, do líder do empreendimento, tanto no investimento privado, quanto no público; e que esse condutor ou possa por si, nos casos mais simples, em que há uma experiência consagrada, traçar bom projeto, ou possa mobilizar os técnicos necessário para este fim.

O projeto verificará se há mercado - condição essencial (no caso de investimentos públicos não recuperáveis, se há utilização que o justifique em preferência de outros)-; e se as condições de custo são as melhores que possam ser obtidas, de sorte que a relação benefícios - custos seja a mais elevada.

É preciso contar também com o tempo de maturação dos investimentos, em cada caso específico, bem como com o tempo de maturação de um investimento global, que é um plano ou programa regional. "Roma não se fez em um dia".

Parcceram ao grupo dignos de aprovação os critérios sugeridos pelo BNB para o tratamento prioritario dos projetos que

- 1)- proporcionem mais emprego por unidade de capital, que é fator escasso,
- 2)- que contribuam com um maior valor adicionado por unidade de capital; o valor adicionado é a soma dos salários e ordenados, juros, alugueis e lucros, e representa a verdadeira contribuição de um projeto para o aumento da renda de uma comunidade;
- 3)- que economizem ou criem divisas (substituição de importações ou aumento de exportações);
- 4)- que promovam ou criem incentivos ou aparecimento ou expansão de indústrias,
- 5)- que promovam ou criem incentivos ao aparecimento ou expansão das atividades agropecuarias,
- 6)- que sejam dotados de estabilidade, isto é, não sujeitos a flutuações; ou contribuam para reduzir a instabilidade da economia regional;
- 7)- que atendam ao requisito da essencialidade, quanto à rigidez da demanda ou a necessidades elementares da população.

Considerações gerais para ampliar os investimentos no NE

Além da existência de bons projetos e programas, sem falar num plano integrado, a experiência mostra que há condições gerais que podem ser objeto de medidas imediatas, conquanto em alguns casos ou implicações dependam de estudos mais acurados

### Política monetária regional

Não se tem dado importância a uma das contribuições mais importantes para elevar de pronto a produtividade da economia regional: o estabelecimento de uma política financeira adequada - a ser não apenas adotada pelos Estados, mas especialmente aceita e seguida pelos órgãos da política monetária da União. Assim é indispensável regionalizar ou federalizar as normas financeiras relativas tanto ao ritmo e aos critérios de pagamentos do orçamento federal, como ao crédito, de sorte que as finanças federais exerçam um papel compensatório nas crises estacionais ou ocasionais da economia regional. Presentemente a sensibilidade é muito remota nas instituições federais para esse problema vital a economia regional.

Em complemento a isso, é indispensável, ainda, considerar certas condições estruturais ou permanentes da economia regional, como seja a natureza dos seus recursos. Assim, é um absurdo estender a região numerosas limitações dos chamados "planos de economia" e de criar restrições de crédito, segundo os mesmos critérios e escalas adotados para o Sul do país. No Nordeste se encontram grandes massas de trabalhadores não qualificados ou de baixa qualificação, em situação de duro desemprego ou de sub-emprego, cuja utilização, portanto, através de um programa público, representa um acréscimo líquido de renda nacional. A demanda derivada, de certos bens escassos provenientes de importações ou de produções nacionais, é ínfima no caso desses trabalhadores, cujos salários se aplicam nas primeiras necessidades.

Como condenar ou lamentar que aumente a demanda de alimentos essenciais, se estão sub-nutridos? E ainda se tem havido e há possibilidades de ampliar sua produção? Da indústria fabril, sua maior demanda é de tecidos grossos, para que há capacidade excedente de produção no país. Os efeitos inflacionários não são portanto de temer, como em outras regiões de emprego pleno, e tanto mais em face dos imperativos humanos de dar meio de vida à essa gente.

No que se refere à política de crédito, além do seu papel compensatório já referido, deve-se aplicar a mesma indicação anterior sobre os recursos e daí concluir, sem ofender a uma política de combate à inflação, por uma prioridade especial em favor da região, no que toca ao crédito para investimentos pelos bancos nacionais.

### Orçamento Federal

Um dos primeiros trabalhos deve ser o estudo da proposta de orçamento federal para 1957, bem como do "plano de economia" relativo ao de 1956. No sistema de loteamento do orçamento pelas influências políticas distritais, a falta de programas partidários e de suficiente disciplina da maioria parlamentar, sabemos que pouco se pode obter no sentido do estabelecimento das prioridades mais convenientes para um maior rendimento da ação governamental, em termos de maior produção. Mas alguma coisa deve ser alcançada por um planejamento convincente e um trabalho de persuasão no Congresso.

### Política de Câmbio e Importações

É indispensável que para essa região se efetivem prioridades especiais no que se refere a:

- a)- bonificações melhores para seus produtos de exportação ou investimentos federais compensatórios, pois a região poderia ter muito melhores condições não fora o chamado "confisco cambial";
- b)- registro de transferência de capitais reduzindo-se a exigência quanto ao risco de sua cobertura pelo mercado livre;
- c)- registro de financiamentos estrangeiros em condições mais favoráveis;

- d)- licenciamento de importações, especialmente equipamentos e matérias primas, uma vez que efetivamente destinados a utilização na região, com menores exigências;
- e)- cotas de câmbio para tais importações e para programas públicos considerados prioritários no plano de desenvolvimento regional;
- f)- agio mais favorável para equipamentos destinados a indústrias e a agricultura.

### Investimentos Públicos

No estágio de sub-desenvolvimento da região, os investimentos públicos são decisivos. Dada a pobreza dos estados e municípios, mais importante é a contribuição da União. Seja através do orçamento para os investimentos de base, irrecuperáveis, seja através dos bancos federais, para os investimentos recuperáveis.

Como objeto de um planejamento cuidadoso, cabe esperar um programa mais amplo e concentrado de investimentos federais que vença de vez os obstáculos maiores ao desenvolvimento regional, transformando o NE, graças a variedade e importância dos recursos, apesar das secas periódicas, numa região próspera no Brasil.

A situação atual do NE resulta, segundo convicção do grupo - da insuficiência quantitativa e qualitativa dos investimentos que aqui tem sido feitos.

Cabe, a curto prazo, realizar esforços na esfera federal, no sentido de:

- a)- revisão do orçamento da União quanto ao NE, para melhor atender aos objetivos básicos de desenvolvimento;
- b)- melhor aparelhamento dos órgãos federais responsáveis pelos investimentos públicos ou estimuladores dos particulares, como são exemplos o D.M.O.C.S. e o D.N.P.M., ambos carentes de técnicos;
- c)- coordenação entre os órgãos federais na aplicação dos recursos;
- d)- maior utilização dos estados e municípios para a aplicação dos recursos federais, seja tendo em vista os mais baixos custos que têm relativamente ao governo federal, seja tendo em vista radicar na região recursos técnicos e administrativos.

Desde já são indicados auxílios aos Estados para as obras e serviços contra as secas ou seus efeitos.

O sistema de convênio, uma vez bem planejados, e a racionalização do auxílio federal, obedecendo as condições de produtividade, necessidade e esforço próprio, contribuem para o maior rendimento das aplicações federais.

- e) - investimentos federais compensatórios do "confisco cambial" que incide sobre os produtos da região.

### Campos preferenciais e Recursos

Os campos preferenciais de aplicações são os seguintes, com algumas indicações que parecem desde já justificadas:

Energia - Os pontos fundamentais, no momento, face aos investimentos base existentes ou em curso e as disponibilidades potenciais de eletricidade e petroleo, com Paulo Afonso e Mataripó, são:

- a)- acelerar a instalação das redes locais de distribuição de eletricidade, inclusive para irrigação, mas, sobretudo aproveitando as concentrações urbanas existentes e as possibilidades industriais,
- b)- executar ou estudar as linhas de transmissão às regiões que comportem, pela sua demanda potencial, a amortização dos investimentos respectivos, como o Cariri e o oeste do R.G.N., neste caso conjugado com o plano industrial da area salineira;
- c)- melhorar o sistema de distribuição a granel de combustíveis líquidos no interior, de sorte a baratear-lhes os preços.

#### Transportes e Comunicações

- a) - atualizar e levar a pronta execução os estudos - aliás muito incompletos - realizados pela CMBEU sobre o reequipamento das ferrovias da região;
- b)- não retardar o programa de melhoria dos portos da região;
- c)- acelerar o programa nacional da navegação de cabotagem, que é um dos problemas basicos para o Nordeste, amparando outrossim a União os programas locais de navegação, como é o caso da tradicional Companhia de Navegação Bahiana;
- d)- investimentos em rodovias de acordo com os objetivos economicos imediatos e com a conveniencia da coordenação com os outros meios de transporte;
- e)- elaboração de um plano rodoviário integral sem distinguir as rodovias dos varios "planos" atuais ou seja, sem distinguir "federal" da "estadual" ou da "municipal", mas tendo em mira o estabelecimento de prioridade com base economica e a coordenação de meios dos três poderes;
- f)- a revisão dos programas de construções ferroviárias abandonando-se as ligações supostamente estratégicas que representam um fator de empobrecimento do país, e assim de perda do potencial de defesa, pelos programas ferroviários de pronto interesse para a economia da região;
- g)- reequipamento do D.G.T. na região que vive praticamente isolada;
- h)- ajuda federal através de prioridade na política financeira e cambial para as instalações telefônicas na região, em grave insuficiencia, bem como de credito.

#### Solo e Água

Os investimentos neste setor têm evidente prioridade na região, mas devem levar em conta a maturidade tecnica dos projetos e seu rendimento sob a forma de terra irrigavel, regularização de correntes; energia; acumulação mais barata de agua para as épocas de seca; maior contribuição para a saúde pública, maior utilização industrial.

Devem ser considerados prioritariamente o aproveitamento das correntes permanentes, como o São Francisco e outros rios da região,

os vales úmidos existentes em vários estados da região e as bacias irrigáveis de açudes já construídos.

Deve ser prevista a compra e desapropriação da terra necessária para que os investimentos públicos beneficiem a um maior número. Neste sentido, o Congresso deve ser solicitado a votar uma legislação, na forma proposta, mais compatível com a utilização social da terra, inclusive, se necessário através de reforma constitucional.

Neste campo, cumpre indicar, especificamente, um investimento que, embora, não localizado na região, terá efeitos de extraordinário alcance para as fontes de energia e de vida da região, através da regularização do rio São Francisco, aumento do seu volume na estação seca e quase duplicação da capacidade de Paulo Afonso - trata-se da barragem das Três Marias, no alto São Francisco, em território mineiro.

#### Pesquisa, educação, assistência técnica e saneamento

Além desses campos, o Grupo considera importante a expansão, em bases mais eficientes, dos programas de pesquisas (mineral, agrônômica, pesca, social, econômica, etc.), educação, assistência técnica, (inclusive fomento agrícola) e saneamento.

São investimentos intangíveis em geral, porém, indispensáveis para o processo do desenvolvimento econômico e social. A propósito de educação, alias, vale notar que a educação humanística efetiva, realista e não livresca, ao lado de formação técnica, e uma fonte para o florescimento das ideias, o desenvolvimento da capacidade de direção e do espírito de iniciativa.

#### MEDIDAS PARA PROVOCAR INVESTIMENTOS PARTICULARES

Além das condições gerais, que dependem de investimentos públicos no "capital social" da região, podem ser tomadas medidas, desde já, no sentido de desenvolver as informações sobre possibilidades regionais (o que, entretanto, depende, a partir de certo limite, de melhores pesquisas sobre os mercados e os recursos regionais), bem como quanto a cooperação de esforços financeiros, através de cooperativas ou sociedades anônimas, de sorte a possibilitar a captação e acumulação de pequenos recursos esparsos.

Esse esforço tanto deve ser de entidades públicas como particulares e se pode racionalizar através da criação de sociedades de investimentos, uma vez que com alta e indiscutível idoneidade,

O papel do BNB será muito importante nessa provocação de novos investimentos. Deve ser registrado com satisfação o programa de preparação de pessoal habilitado que está executando para esse fim.

#### RECURSOS NO NE E OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

O grupo considera como base de sua convicção de que o NE é, em conjunto, um bom investimento, que cumpre planejar a grande variedade e riquezas dos recursos de que dispõe.

O fator humano, embora carente de formação científica e técnica tem mostrado grande vigor mental, capacidade de trabalho e adaptação a disciplina e as exigências técnicas de grandes empreendimentos, como são os casos de Paulo Afonso e do parque petrolífero do Recôncavo. A própria Campina Grande, com grande número de suas oficinas e pequenas fabricas, é um exemplo da capacidade do povo nordestino, para o que em quase nada concorreu o sistema educacional.

Os recursos naturais apontam diversas linhas de investimentos particulares, bem como semi-públicos, ou públicos, para cujos produtos há possibilidades evidentes de mercados no país ou no estrangeiro.

### Recursos agrícolas

Frequentemente a opinião pública se desapercebe de que o NE não se limita a área sujeita às secas. Tem, pelo contrário, importantes zonas de umidade permanente ou equivalente a das zonas agrícolas do sul.

Na área sujeita às secas, porém, a frequência de anos chuviosos, é maior do que a de anos flagelados pelas secas. A estatística mostra que nelas se produz o grosso da produção alimentar da região, excetuadas as culturas comerciais da cana-de-açúcar e do cacau. Um melhor aproveitamento dos anos bons, através de organização e defesa do mercado, permitirá melhor aproveitamento da vocação do Polígono para produzir cereais e outros gêneros.

Suas possibilidades agrícolas estão ainda longe de total aproveitamento, através de plantas já adaptadas, como algodão, sisal e palma, e outras que podem ser introduzidas. Certo é que, baseado na própria área seca, o NE é, normalmente auto-suficiente quanto aos alimentos básicos que consome e grande exportador de diversas e valiosas matérias primas de origem vegetal e animal.

Quanto à pecuária, se a forragem escassa e a sede frequentemente a limitam na área do polígono, por outro lado, o clima é, sabidamente, um aliado da defesa sanitária.

Em síntese: a própria zona seca não é desanimadora quanto a seus recursos agrícolas.

Adicionalmente, porém, o NE apresenta, para melhor aproveitamento, as margens dos rios permanentes, os vales úmidos, as bacias irrigáveis de açudes já construídos, os tabuleiros, além de zonas úmidas extensas, mal utilizadas ou não exploradas, ao longo da costa, em vários estados, sobretudo, nos extremos da região, ou seja, no baixo Parnaíba e no Maranhão e no sul da Bahia, onde as possibilidades para produção de alimentos vegetais e animais, e matérias primas, inclusive madeiras, são ainda muito amplas. A insuficiência de estudos e informações sobre mercados e de preparação para eles, bem como de assistência técnica e crédito, mas ajustadas a essas outras condições, é que tem determinado um retardamento no ritmo de desenvolvimento agrícola do NE.

Cumpra, desde já, promover ou incentivar (com auxílios adequados da União) as inversões destinadas :

- a)- à organização da economia agrícola, como as redes de armazéns e silos, organizados em forma responsável;
- b)- ao melhor aproveitamento das matérias primas agrícolas, especialmente os produtos alimentares (matadouros, usinas de beneficiamento, indústrias alimentares etc.
- c)- à produção e suprimento de materiais e equipamentos agrícolas, como adubos, forragem, inseticidas, vacinas, máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação.

Dada a insuficiência de recursos técnicos e de capitais na região, o papel do Ministério da Agricultura é muito mais importante para o Nordeste e todo o Norte, que para o Sul. Recomenda-se, porém, que ele atue de preferência, em colaboração com os governos locais e entidades privadas, de que é exemplo destacado a ANCAR.

Pesca

Deve ser referida a importância especial da pesca, pelas suas possibilidades, já comprovadas na região, bem como pela maior carencia de proteínas na alimentação e, ainda, por se tratar de uma atividade econômica em que há indicações de serem mais favoráveis as relações benefícios-custos e produto-capital.

Recursos minerais e indústrias metalúrgicas e químicas

Os variados recursos minerais do NE, em regra descobertos por acaso, são importantes no programa de tornar a região menos dependente das secas. Foi referido que, em todo o NE, só há em trabalho de campo, 2 (dois) técnicos do DNPM, sediados no Laboratório de Campina Grande, indicando-se, portanto, com urgência, a ampliação dos programas de pesquisas minerais em toda a região, onde certas indicações fazem crer que o Brasil se poderá suprir dos escassos "não-ferrosos".

Além das descobertas de minérios de urânio e tório na região, foram referidas, a título de indicações concretas, de possibilidades industriais, entre outras, na base de recursos do reino mineral, as seguintes:

- a)- desenvolvimento da produção de fosfatos em Olinda;
- b)- produção de soda eletrolítica associada à produção dos fosfatos em Pernambuco;
- c)- indústria de soda baseada nas salinas do Rio Grande do Norte, segundo o processo clássico, podendo ainda o parque salinero de Macau-Areia Branca, comportar uma variedade de outros produtos como bromo e potássio;
- d)- indústria de soda cáustica baseada nas jazidas de salgema de Sergipe;
- e)- metalurgia da chelita;
- f)- orientação deliberada para a Bahia de parte da indústria petro-química que se projeta montar no país, com o apoio da Petrobras e do Governo, como negro de fumo, poliestireno e benzol, parafina, nitrogênio, etc;
- g)- metalurgia do cobre, baseada nas jazidas de Caraíba, ferro-mangancs, cromo e chumbo;
- h)- indústria de alumínio no ponto mais adequado baseado na energia de Paulo Afonso e, enquanto não se descobrirem jazidas regionais de bauxita, com importação dessa matéria prima ou da alumina do sul do país ou mesmo do estrangeiro (neste caso, mesmo com pagamento por meio do próprio alumínio metálico exportado);
- i)- usina siderúrgica no ponto mais indicado para produzir ao menos os vergalhões necessários ao mercado regional e, no futuro, usina maior com o minério do São Francisco;
- j)- refractários de magnésita e diversas outras matérias primas irmas.

Indústria de Consumo

No que se refere à indústria de consumo, cabe pleitear certa liberalidade para os critérios referentes a novos investimentos e

importações no NE.

Assim, é de fundamental importância, que, o crescimento do mercado nacional de tecidos seja atribuído ao Nordeste, através das possibilidades de câmbio, importações e investimentos em cruzeiros. O Nordeste produz excelente algodão, tendo o privilegio das fibras longas. Entretanto, a região tem um deficit no comércio de tecidos. Suas fabricas, porem, estão encontrando dificuldades para importação de equipamentos, mesmo através de "créditos" ou de "transferência de capitais", pelo facto de que a industria nacional de tecidos, localizada no centro e no sul do país, tem, no momento, uma capacidade de produção não plenamente utilizada. Ora, ocorre que o crescimento da demanda nacional é bastante intenso e se manifesta, sobretudo, na maior demanda de tecidos medios e finos, para o que o NE tem condições melhores de materias primas. Por outro lado, o mercado regional tende a crescer consideravelmente (um alto coeficiente relativamente ao proprio crescimento da população) com o programa de desenvolvimento regional. Portanto, cabe atender aos projetos de desenvolvimento da industria de tecidos na região, no sentido de criar empregos, reduzir o desequilibrio comercial interno e ate mesmo, economizar divisas consumidas nos transportes, sobretudo rodoviarios, entre o sul do país e o Nordeste. Desta maneira, se indica a adoção de medidas de estímulo para a industria de fiação e tecelagem, de preferencia no Rio Grande do Norte, no caso do aproveitamento das fibras longas do serido.

No ramo textil, deve ser considerada desde já a industria de produtos do sisal ou agave.

Quanto às industrias elementares, em que a melhor utilização da produção animal e das materias primas tropicais ainda encontra largo campo com o mercado assegurado, cabe um lugar importante para o aproveitamento industrial da mandioca, que tem no NE a maior região produtora no Brasil.

Merece também especial atenção o desenvolvimento das industrias de materiais de construção, incluindo as de pequeno porte e pequeno alcance territorial. Para a industria do cimento ha grandes possibilidades de expansão, mas as condições presentes são de satisfatorio suprimento. Avulta, neste campo, a importância que pode ter na região, uma industria integrada de madeira, aproveitando as reservas florestais do sul da Bahia e Nordeste de Minas, as quais estão sendo devastadas com profundo prejuizo para o futuro do país. Dadas as condições de acesso, riqueza florestal, existencia de agua, e de alto potencial hidro-eletrico não aproveitado, é possível mesmo pensar-se que isto poderia incluir prontamente uma industria de celulose e papel, de grande porte, baseada na tecnologia moderna, que permite o uso de madeiras fôlhudas heterogeneas.

### Conclusão

As indicações de oportunidades que o Grupo pôde reunir e apresentar acima, embora possam sugerir medidas oficiais e iniciativas particulares imediatas, não representam um plano, mas apenas uma sugestão a mais para ele. Documentam sobretudo, quanto "vale a pena" um esforço de planejamento e de investimentos no sentido de libertar o NE das extremas e desnecessarias dificuldades com que tem lutado.

ESCLARECIMENTOS PRESTADOS POR D. HELDER CAMARAÀ EXMA. CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROPÓSITO DO PROJETO 749/AS U M Á R I OI) Observações preliminares

1. As Favelas no conjunto dos grandes problemas nacionais.
2. Absurda a organização do mundo com esquecimento dos sub-desenvolvidos.
3. Favela, aviso a ser entendido pela classe dirigente.

II) Responsabilidades comuns e campos específicos de atuação

1. Ninguém pode ser indiferente ao plano de desenvolvimento econômico.
2. Iniciativas que cabem aos particulares, respondendo o Estado pela ação subsidiária.
3. Grandes linhas de nossa Campanha
  - A) Papel da Igreja na tentativa de atendimento ao homem rural
    - a) Partindo dos fatos
    - b) Preparados para agir
  - B) Batalha direta de urbanização das Favelas
    - a) Apresentação ao vivo dos dados solicitados
    - b) Da Praia do Pinto, a Cruzada S. Sebastião já está partindo para tôdas as demais Favelas do Rio de Janeiro.
    - c) Os 50 milhões do Governo Federal são um ponto de partida: assegurada a marcha dos trabalhos.
    - d) Cuidar das Favelas do Rio é cuidar de todo o Brasil.
    - e) Será salvaguardada a beleza da cidade
    - f) Falência dos Serviços oficiais?
    - g) Atuação sectária e ambição política
    - h) Quem fiscalizará as contas?
    - i) Razões de esperanças

I) Observações preliminares

1. As Favelas no conjunto dos grandes problemas nacionais

É justo que o Congresso Nacional tenha a atenção distraída para uma questão subsidiária como as Favelas, quando problemas de base, graves e numerosos, deveriam absorver-lhe o interesse e o tempo?

Sem dúvida, quando se sabe que dispendemos, cada ano, 240 milhões de dólares em alimentos, 250 milhões de dólares em combustíveis, 150 milhões de dólares em fretes, 200 milhões de dólares em pagamentos de dívidas, compreende-se a urgência de um plano objetivo de desenvolvimento econômico relativo a alimento, energia e transporte, como se compreende a importância de um inteligente esforço para atrair capitais estrangeiros e para atenuar as exigências de nossos empréstimos nacionais.

Impõe-se, no entanto, ter muito presente que o econômico, quando perde o senso do social e do humano, na mesma medida perde o senso do real.

2. Absurda a organização do mundo, com esquecimento dos sub-desenvolvidos.

Segundo o Inquérito da ONU sobre a Situação Social do Mundo (Dados relativos a 1952, publicados em janeiro de 1956), mais da metade da população mundial vive em níveis infra-humanos:

- quanto à profilaxia de doenças evitáveis;
- quanto à alimentação adequada ao bem-estar físico;
- quanto à habitação adequada às necessidades humanas básicas;
- quanto à educação necessária ao aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- quanto às condições de trabalho tecnicamente eficientes, economicamente compensadoras e socialmente satisfatórias.

O embate não é apenas, nem sobretudo, entre Oriente e Ocidente, mas entre mundo super-desenvolvido e a massa sub-desenvolvida deixada à margem da vida.

A grande habilidade do comunismo vem sendo levantar a massa sub-desenvolvida, que será invencível e assegurará a vitória ao lado para onde pender: bandeira anti-colonialista, embora, a seu modo, escravize, a pretexto de implantar suas famosas Repúblicas populares; bandeira de reforma agrária, que surge como esperança para a massa esmagada dos trabalhadores rurais; bandeira do ódio de classes para os trabalhadores industriais, invencíveis quando arrastarem, nas grandes cidades, a massa do sub-proletariado que se aglomera nas Favelas.

É preciso denunciar como irreal todo e qualquer plano de reforma econômica que não ponha em destaque essa aguda e explosiva realidade social. Pretender resolvê-la por tabela, como consequência, é pensar ingenuamente que vai ser sempre possível organizar o mundo a serviço, antes de tudo, de uma minoria dirigente, que não só não está tendo sentimentos humanos e cristãos, mas nem mesmo está agindo com inteligência.

3. Favela, aviso a ser entendido pela classe dirigente

Fique de ante-mão bem claro que quando se fala em situação aviltante das Favelas se subentende a situação infra-humana do meio rural, onde não puderam permanecer os que acabaram favelados; e fique bem assentado que haveria de fato razão para pânico vêr cuidar de Favelas nas grandes cidades sem um imediato atendimento ao homem rural, numa tentativa de atenuar o êxodo rural no que é de patológico.

Feita essa ressalva, seja-nos permitido explicar porque nos pareceu inadiável arrancar criaturas humanas, filhos de Deus, brasileiros como nós, da miséria material e moral em que se acham mergulhados. Aqui, em plena Cidade Maravilhosa, ainda é mais gritante a degradação decorrente daqueles aglomerados de barracos infectos, com derrames em volta dos dejetos humanos; com acúmulo de lixo e, quando chove, de lama; com ladeiras íngremes, nas quais é uma vergonha encontrar pobres mulheres carregando água de longe, pois a regra é ausência de água. Impossível o sentimento de dignidade humana

quando 5, 6, 7 pessoas se aglomeram, se empilham de qualquer maneira em sala exígua que é cozinha, sala de jantar, quarto de dormir e sala de visitas.

Não se entende como o tifo não toma conta da cidade. E entende-se o perigo permanente de fermentação social.

## II) Responsabilidades comuns e campos específicos de atuação.

### 1. Ninguém pode ser indiferente ao plano de desenvolvimento econômico.

Ninguém se pode desinteressar da elaboração de um plano destinado a enfrentar a realidade gravíssima do dispêndio anual de 850 milhões de dólares, importando no perigo de quebra da renda nacional, em 5 anos, de 4 para 2%. Esse é um domínio em que a iniciativa do Estado tem cabimento pleno, embora não lhe assista o direito de peiar a ação dos particulares.

### 2. Iniciativas que cabem aos particulares, respondendo o Estado pela ação subsidiária.

Integrar no plano social e humano os moradores das favelas, capítulo importante da integração humana e social dos operários, é trabalho que só pode ser empreendido com alma, com amor. Impossível realizá-lo burocraticamente.

Ao Estado cabe, no caso, ampla e eficiente ação supletiva, prestada não como quem generosamente faz um favor, mas como quem se desincumbe de dever sagrado e exulta ao encontrar particulares idôneos, à altura da missão peculiar à iniciativa privada.

### 3. Grandes linhas de nossa Campanha

#### A) Papel da Igreja na tentativa de atendimento ao homem rural.

##### a) Partindo dos fatos

Existem mais de 30 entidades oficiais (federais, estaduais e municipais) e particulares (confessionais e aconfessionais) que têm como programa o atendimento ao homem rural. Dispoem para isso de verbas, algumas vezes ponderáveis, e de técnicos, não raro de valor.

Apesar disso, porém, é quase nada o que conseguem fazer: pela ausência de um plano comum, pela falta de continuidade administrativa, pela impossibilidade prática de entozamento entre repartições por vezes de um mesmo Ministério.

##### b) Preparados para agir

A Cruzada S. Sebastião vai agir como inspiradora e animadora da adoção de um plano desdobrado em 3 capítulos:

- criação, nas unidades federadas mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centros de atração e fixação dos migrantes nacionais;
- criação, ao longo de vias naturais de acesso, como o Rio S. Francisco e a Estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais que tenham escapado dos centros de atração e fixação;
- criação, na barreira do Distrito Federal, de hospedarias de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tentem, uma última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do próprio Distrito.

#### B) Batalha direta de urbanização das Favelas

##### a) Apresentação ao vivo dos dados solicitados

Alguns Exmos. Deputados manifestaram o desejo de conhecer pormeno-

res sobre o plano de urbanização das Favelas, tal como o concebe a Cruzada S. Sebastião.

Mais do que quaisquer plantas esquemáticas e frias, pode a Cruzada apresentar dados vivos a propósito da experiência-piloto de urbanização da Favela da Praia do Pinto:

- de um lado, 1 325 famílias em ambiente de causar náusea; terreno contíguo, 10 blocos residenciais (já no 4º andar) para onde serão mudados os moradores da Favela;
- já em construção, também, 1 creche, 1 jardim de infância, 1 escola primária e artesanal, 1 posto de saúde, 1 centro social, 1 mercadinho e 1 Igreja;
- os moradores sabem que não haverá imposições religiosas, nem exigências quanto a casamento religioso ou civil;
- sabem, também, os moradores que não serão tratados como menores: o Regulamento do Bairro S. Sebastião - Bairro que vai substituir a Favela - será discutido e votado por eles, artigo a artigo, cabendo a um Conselho de Moradores, a princípio presidido por um representante da Fundação Leão XIII, o encargo de aplicar o Regulamento à vida do Conjunto;
- o terreno em que estão feitas as construções sendo da Prefeitura, o Regulamento assegurará o direito de habitação, mediante condições de comportamento a salvaguardar e paga uma pequena taxa de conservação, proporcional aos salários recebidos; se um dia o terreno for cedido pela Prefeitura, mediante condições a cumprir, haverá, de acordo com dispositivos especiais, previstos no Regulamento, possibilidade de adquirir propriedade, com algumas cláusulas resolutivas, das quais as mais importantes são: a proibição de um mesmo indivíduo adquirir mais de um apartamento; a exigência de que a venda do apartamento, na hipótese de o proprietário querer realizá-la, só ser possível de ser feita à entidade responsável pelo Conjunto.

b) Da Praia do Pinto, a Cruzada S. Sebastião já está partindo para todas as demais Favelas do Rio de Janeiro.

Os 106 Párocos do Rio de Janeiro estão ultimando uma atualização de dados sobre as Favelas da cidade. Ainda este ano, a Cruzada partirá para outras Favelas no propósito de urbanizá-las todas, gradativamente, com os olhos voltados para o IV Centenário do Rio de Janeiro (data oficial: 1. 3. 1965; data popular: 20.1.1967).

c) Os 50 milhões do Governo Federal são um ponto de partida: assegurada a marcha dos trabalhos.

Alguns Exmos. Deputados têm dito e redito que 50 milhões e muito, muito mais serão insuficientes para a urbanização total das Favelas do Rio de Janeiro. Está ocorrendo exatamente o que esperava a Cruzada S. Sebastião: ainda não terminou a experiência-piloto da Praia do Pinto e já numerosos donos de terrenos de Favelas, sabendo que os despejos coletivos de favelados são cada vez mais impraticáveis, e com o receio de perder todo o terreno, se apressam em procurar a Cruzada para oferecer faixas de terras, assegurando ainda ajuda para a construção de casas simples, mas humanas e dignas, com a condição de obtermos que o resto do terreno fique livre e que a Prefeitura realize os serviços públicos indispensáveis aos novos Bairros (água, esgoto, arruamento, luz).

Outras colaborações estão chegando e chegarão sempre mais (o essencial é o patrimônio de confiança que a Cruzada possui):

- firmaremos convênios com os Institutos de Previdência Social a respeito de seus contribuintes-favelados (80% dos moradores das Favelas): os Institutos não têm dinheiro, mas têm terrenos; não têm dinheiro, mas têm atrasados do Governo Federal a receber (atrasados que conseguiremos arrancar, para o financiamento de casas modestas, mas humanas e dignas, a serem transferidas median-

- te condições especiais aos contribuintes que residem em Favelas);
- instituições poderosas como o Jockey Clube serão induzidas pela Cruzada a resolver os casos dos respectivos trabalhadores-favelados (o Jockey tem 484 trabalhadores, espalhados, com as respectivas famílias, em 3 Favelas em torno do Hipódromo da Gávea);
  - assegurado o terreno pela oferta de donos de terras de Favelas, concluído o projeto de urbanização (inclusive o tipo de casa realmente popular) cada bairro urbanizará as próprias Favelas, pois se criará cada vez mais a mística de que a melhor das comemorações do IV Centenário da Cidade é chegar a 1965 e 1967 sem Favelas;
  - grandes Empresas estão dando o exemplo de contribuições generosas em material e isso acontecerá cada vez mais, sobretudo porque a publicidade (imprensa, rádio, cinegrafia e TV) dá ao movimento cobertura perfeita e absolutamente desinteressada;
  - algumas grandes Firms estão iniciando, espontaneamente, um movimento que se tornará vencedor: o pagamento de uma taxa voluntária, em favor da urbanização das Favelas do Rio de Janeiro.

d) Cuidar das Favelas do Rio é cuidar de todo o Brasil.

Não são os cariocas que residem nas Favelas da cidade: são nordestinos, mineiros, capichabas e fluminenses.

O exemplo de urbanização das Favelas cariocas está repercutindo em Belo Horizonte e São Paulo, e em breve repercutirá em Porto Alegre, Salvador e Recife (o que se faz de bem ou de mal na Capital da República tem ressonância nacional).

A grande e benéfica repercussão que em breve se fará sentir é, porém, sobretudo o trabalho de atendimento ao homem rural, que, segundo vimos, é básico na Campanha de urbanização empreendida pela Cruzada S. Sebastião.

e) Será salvaguardada a beleza da cidade

Alguns Exmos. Deputados estão temerosos de que a urbanização das Favelas importe em pecado contra a paisagem do Rio. Está havendo e haverá o cuidado de salvaguardar a beleza de nossa cidade. Sem quebra de respeito, diga-se, no entanto, que os Serviços de Urbanismo que até hoje toleraram, imponentes, a ignomínia das Favelas não têm força moral para estabelecer exigências na hora atual da urbanização.

f) Falência dos Serviços oficiais?

Este é um dos receios mais insistentes da parte de alguns Exmos. Deputados: que ajudar a Cruzada S. Sebastião importa em passar atestado de incapacidade aos órgãos oficiais.

Foi demonstrado o que voltamos a lembrar: estamos num domínio em que a iniciativa cabe ao particular, com ajuda do Estado; os órgãos oficiais estão muito mais sujeitos à quebra de continuidade administrativa e à impossibilidade prática de trabalhar, pelo emperramento da máquina burocrática; a iniciativa privada inspira confiança e obtém colaboração como não ocorre à iniciativa oficial.

g) Atuação sectária e ambição política

Quem se der ao trabalho de examinar de perto a experiência-piloto da Praia do Pinto verá que o problema religioso vem sendo abordado sem a mais leve sombra de sectarismo. Haverá, sem dúvida, ao lado da creche, do jardim de infância, da escola primária e artesanal, do posto de saúde, do mercadinho e do centro social, uma Igreja Católica, pois a maioria absoluta dos moradores da Favela é de católicos. Mas o pequeno grupo de famílias protestantes e espíritas sabe muito bem que a crença não-católica de modo algum interferirá na atribuição de casas ou no tratamento dentro do Conjunto Residencial.

É um engano completo afirmar que os moradores unidos sem casamento vão sofrer por isso qualquer restrição. Tem sido insistentemente afirmado, de público, que o não casamento não constituirá embargo ao atendimento dos moradores. Há, sem dúvida, nos casos em que o casamento é possível, propaganda para a legitimação de uniões sem nenhuma garantia social e, entre católicos, propaganda discreta de santificação dos lares.

Que dizer quanto à propalada ambição política?

Confiança não se impõe; mas o tempo provará que a urbanização das Favelas do Rio nem direta, nem indiretamente se prende a qualquer movimento partidário ou a qualquer ambição política.

#### h) Quem fiscalizará as contas?

Os Estatutos da Cruzada S. Sebastião - entidade privada, com personalidade jurídica: registrada sob o nº de ordem 4 009 no Livro nº A3 e do Protocolo nº 9 008, Livro nº A1 em 4.10.1955 - estabelecem a maneira de constituir o Conselho Fiscal (7 membros) da campanha de urbanização das Favelas:

- 1 membro indicado pelo Exmo. Presidente da República;
- 1 membro indicado pelo Exmo. Prefeito do Distrito Federal;
- 1 membro indicado pelo Senado Federal;
- 1 membro indicado pela Câmara dos Deputados;
- 1 membro indicado pela Câmara do Distrito Federal;
- 1 membro indicado pela Associação Brasileira de Imprensa;
- 1 membro indicado pela Associação Brasileira de Rádio.

Como se vê, as contas da Cruzada de S. Sebastião ficam de todo sujeitas ao Poder Público (federal e municipal) e à publicidade.

#### i) Razões de esperanças

Medimos, sem dúvida, a complexidade do problema das Favelas. A tranquilidade com que agimos vem da certeza de que causa tão nobre acabará empolgando a todos: povo e Governo, crentes e descrentes.

A esperança firme que nos assiste e nos anima está na convicção de que trabalho tão humano e tão cristão contará certamente com as bênçãos de Deus. E quando o Senhor o quer caem as muralhas de Jericó e abre-se ao meio o Mar Vermelho.

CAMPANHA DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Princípios básicos que a norteiam

1. Favela é consequência. Seria contraproducente cuidar diretamente das Favelas, sem ir às causas, tentando atenuar, senão estancar o êxodo rural, no que êle tem de excessivo e patológico.
2. A Cruzada S. Sebastião tem planos definidos quanto ao esforço de fixação do homem rural, no afan de evitar que a notícia do trabalho realizado no Rio em favor dos favelados tenha como consequência um afluxo ainda maior de migrantes nacionais.  
 Pretende a Cruzada, com o apôio do Govêrno, articular a atividade de uns 30 organismos oficiais (federais, estaduais e municipais) e particulares (confessionais e aconfessionais) no sentido de:
  - a) criar ou ampliar nas unidades federadas mais feridas pelo êxodo rural, núcleos coloniais, capazes de funcionar como centros de atração e fixação do migrante nacional;
  - b) criar e manter ao longo de vias naturais como o S. Francisco e a Rio-Bahia barreiras de contenção (núcleos coloniais para onde sejam atraídos os que escaparem dos centros de atração e fixação;
  - c) criar na barreira do Distrito Federal hospedarias onde sejam recebidos os nossos caboclos, onde recebam cuidados elementares de assistência social e religiosa, e onde se tente, ainda uma vez, dissuadi-los de cair nas favelas e de ir trabalhar na Baixada Fluminense ou em fazendas do próprio Distrito Federal.
3. Ao lado deste trabalho indireto, fomos obrigados a agir diretamente nas Favelas por dois motivos principais:
  - a) não é humana a situação dos moradores das Favelas do Rio (impossível naqueles barracos infectos, sem agua, sem luz, sem esgoto, uma autêntica vida cristã e uma eficiente ação educativa);
  - b) as 150 Favelas do Rio de Janeiro, com seus 400 mil favelados se transformaram em focos perigosos de agitação social. Os comunistas encontram campo fácil para sua pregação de luta de classes, porque é realmente gritante o contraste entre as casas dos favelados e as residências do meio independente, especialmente na zona sul.
4. Cada Favela tem fisionomia própria e provavelmente vai exigir solução especial.
5. A Campanha tem em vista a total urbanização das Favelas do Rio, em 12 anos, até o IV Centenário de fundação da cidade. Como demonstração da viabilidade do plano, estamos urbanizando em tempo record uma das mais tristes de nossas Favelas: a da Praia do Pinto.
6. Não falta quem se espante com a idôia de "fixar favelados na zona sul!" Ouve-se, com frequência, perguntar porque não arrancar os favelados para os suburbios do Rio, ao invés de deixa-los com seus barracos enfeitando a cidade ou ao invés de tentar construção para êles em zona tão valorizada.

Dois motivos principais explicam a razão de deixarmos o favelado em terreno próximo àquele onde construiu seu barraco:

- a) Eles trabalham em volta. (É preconceito imaginar que malandro é sinônimo de favelado: 80% dos moradores em Favelas são contribuintes dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. Malandros existem - mas os moradores de Favelas são os mais interessados no afastamento deles;
  - b) ai de nós se formos afastando os trabalhadores para cada vez mais longe. A classe dirigente deve ter o bom senso de não tomar uma atitude suicida. A classe burguesa que um dia abriu um lugar ao sol deve ser a primeira a entender que se repete o fenômeno, desta vez com a classe trabalhadora.
7. O essencial da ação da Cruzada S. Sebastião é o esforço de integração humana e social dos favelados. A mudança de casa é símbolo da mudança de estilo de vida.
- Mais importante que as construções que prosseguem em ritmo acelerado é o trabalho de formação humana e cristã dos favelados, em plena marcha na Praia do Pinto.

DEBATEDA CONFERÊNCIA DO DR. HÉLIO BELTRÃO

Dr. Hélio:- QUAL A INFLUÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS,?

Dr. Beltrão - Fiscaliza o Executivo em nome do do Legislativo, embora seja órgão do Executivo, em forma enadequada e aperradora.

Dr. Celso - Se as reformas vêm por etapas ? e se permanecem os nomes nos Ministérios?

Dr. Beltrão - Sim, será feita por etapas, deverá sair uma lei que deverá sair pelo Executivo e que determinará qual a org. dos Ministérios.

Cada Executivo fará as reformas dentro dos seguintes principios. Esses principios, tôdos que já enumerei e outros que não anunciei aqui. Desde que se obedeça a principios e as disposições da Contituição. Introduzir uma estrutura de superpposição efeciênte que nãoexiste. Cada Ministério supervisionara inclusive A utarquias, Senados de Economias Mistas, inclusive as entidades das Administrações indiretas. Essa estrutura esta indicada de maneira esquematica.

Pergunta?

Dr. Beltrão - Quando fui convocado para o GB de fazer o plano de reforma A dministrativo, 80% do plano foi aprovado, que levou quasi dois anos. Já se notam as providências serem tomadas muito masi rapidamente, estão ~~na~~ aí as escolas, os tapas buracos, etc. . - Porque existe um pref feitinho em cada área. Criou-se companhias para poder descentralizar: Está mal organizado mas nota-se que demos um grandê passo na formulação de um esquema de organização. Ainda precisamos de dois bons governos no Estado da Guanabara. Não basta projetar é preciso governo.

Pergunta?

Dr. Beltrão - Bilac Pinto setá pretendendo fazer uma reforma, bom sia

- 2 -

nal! Coordenada ou desordenada, pelo simples fato de se reformar num sentido de dinamizar, já será um grande passo. A lei que está sendo encomendada à Comissão, ela é só do Executivo.

Pergunta - Se há uma preocupação quanto aos salários?

Dr. Beltrão - Não, a comissão não está cuidando deste problema de pessoal, será objeto de outro projeto. Quanto mais a Administração Pública puder se comportar como empresa privada, tanto melhor. O ideal seria o Serviço Público funcionar como uma Empresa Privada. Toda a vez que se descentraliza a gente respeita a fisionomia da cada órgão. Se o Poder de decisão é conferido ao órgão Executivo e este vai se organizar segundo as conveniências do órgão. Claro que haverá sempre necessidade de um órgão central que evite as desigualdades salariais que comprometam um mínimo de equilíbrio do sistema. Ele está tratando na lei através daquilo que em linguagem de organização se chamam os sistemas.

Há um sistema de pessoal com um órgão central, com um agente para cada órgão executivo. Dentro de cada órgão executivo haverá uma certa unidade de orientação, respeitada a deformidade necessária. Isto é muito difícil, porque como já disse ele tende a passar aquela "PATA DE ELEFANTE", ele tende a passar a ferro, a uniformizar, porque ele é grande! Ele tem medo do precedente. O Serviço Público deve deixar de fazer mais do que ele deve, para que ele vá aos poucos diminuindo.

Jogando para fora da Administração Federal podia ser contratada por atividades privadas e jogando para os Estados o que pudesse, o que pudesse ser objeto de convênio e fazer uma estrutura mais de fiscalização, não dia em que ele for assim, e este não é tão grande. E não será tratado de maneira tão desastrosa. É opisa para muito tempo, leva ou tanto tempo para intortar e vai levar muito tempo para desentortar.

- 3 -

Pergunta:

O Senhor mencionou a rigor 2 problemas distintos .

O primeiro dêles é aquele da ~~ex~~ extrema flexibilidade de são dotados, os entes personalizados , criados e da extrema inflexibilidade que caracteriza a administração direta, Nós já vimos que a administração direta, no Brasil tende a imobilidade. Porque ela está "giungida" pelos padrões do Dasp , Tribunal de Contas , por tôdas as leis e regulamentos que são feitos para à Adimistração direta.

A valvula que encontrou o administrador , q ue quiz fazer alguma coisa, foi criar órgãos a mais na ~~xxxx~~ administração direta . Então êle criou a A utarquia , quando a A utarquia se desgastou , êle criou Tribunal de Ecônomia Mista , quando o Trib. de Ec. Mis. , se ~~desgastou~~ desgastou êle a Imptêsa Pública , e assim por diante:.

Ele ~~procurou~~ procurou formulas que dessem , pelo menos aquele problema que o estava preocupando , a flexibilidade necessária . Foi o que aconteceu, foi esse ~~xxxxxxx~~ contraste , esse desajuste, entre os Orgãos tradicionais da administração direta , que compõe a estrutura direta dos Ministérios , e os Orgãos personalizados aos Orgãos novos , que foram dotados de uma flexibilidade , de uma desenvoltura - " como o senhor disse" - que contrasta com os Ministérios . Não sei qual é o maior mal , se a desenvoltura dêles ou se é a imobilidade da administração direta.

Tenho a impressão que a desenvoltura , é um mal menor que a imobilidade:

O segundo problema - " que o senhor citou é em parte decorrente desse" - mas não necessariamente. É um fato de que haja ennumeros órgãos , cui - dando da mesma coisa . Isso é um problema de descordenação . Os 2 aspectos estão sendo encarados no projeto.

- 4 -

O primeiro é encarado , procurando a flexibilidade da administração direta também . Que é necessária e é isto que estamos procurando fazer .

O segundo é encarado , criando uma instrumentalidade de coordenação , como nos Ministérios, como aquilo que disse . Submetendo sempre a determinado Ministério , a coordenação das entidades que operam na área .

A tualmente , tem-se encontrado - o presidente ~~xxxxxxx~~ da República, passa por cima do Ministério, quer dizer vão ser consagrado os Ministérios como órgão de tutela , de toda a área incluída na sua competência . E como instrumentalidade de coordenação própria . Isto está considerado .

Pergunta:

Varios defuntos cheios de vida !

É por isso que eu acho que não vai ser um grupo de técnicos , como fizeram na comissão que pode resolver problemas tão delicado , quanto esse . É o proprio Ministério , que é capaz de equacionar essa coisa tão complicada , que é a coisa estensa com organismos com funções , paralelas e dá a solução cabível .

O principio é esse, deve haver coordenação . Uma lei de principios , não pode objetivar nenhum caso ~~concreto~~ concreto . Deve haver coordenação, deve ~~haver~~ ser evitados os conflitos , etc. Mas isso é tarefa para o Executivo .

Pergunta:

A área do abastecimento , a do . . . . . é muito difícil, inclusive de enquadrar no Ministério .

Pergunta:

- 5 -

O Executivo tem uma maneira adequada de corrigir isso. Não me lembro. A Sunab sob orientação nova.

Mesmo reconhecendo a , digamos a imprudência desse equacionamento , o Executivo tem em suas mãos , uma vez que esse poder é virtual , os exercícios dêle , pode ser orientado pelo Executivo , mesmo quando se trata de um órgão , que foi concebido por uma política anterior , nomeando lá homens que sigam a política dêle - esse poder será exercido dentro da política dêle . Se isso não está sendo ~~exercido~~ exercido é por falta do Executivo. Não necessariamente da estrutura!

Pergunta : Procopio .

É lamentável! Eu não sou da Guanabara , eu trabalhei na GB até '60 a '61 - e sai da GB. Palpite que você ~~quisse~~ quer que eu dê ?

Você me pergunta em fase disso que está havendo na GB , se no governo Federal ? É bom governo , não ha outro mecanismo , não ha formulas magicas . Não ha técnicas de organização , não ha formulas magicas que substitua os méritos de um bom ~~governo~~ governo. Se nós tivermos a sorte, do governo federal de ter um bom governo , que acredite nesses princípios , então o mecanismo é esse: um bom governo . Na GB , se está havendo retrocesso , é lamentável. Em principio, não vejo de piorar / a administração só porque o governador se candidata a presidente da República. ~~XXXXXXXXXXXX~~ Pelo contrário, parece que o bom senso é de indicar , que o sujeito tem uma pretensão ~~xxx~~ maior a aprimorar a administração. Tenho a impressão que houve uma certa desintegração, . Sinceramente não sei o que está se passando . Se na Gb ha esse vício, imagine no Governo Federal . Vae ser uma tragédia! vae levar muito tempo , e a gente não deve ser otimista . Dá a partida! Pior é muito difícil ! O que está havendo é o fim.

- 6 -

Pior de que estava antes , não! Você está exagerando !

Pergunta : Paulo

Esse assunto que o senhor levantou daria para uma série de palestras .

E o senhor está entrando num terreno minado .

Considero que nós devemos , ser muito prudentes em matéria de planejamento governamental. Defendo a ideia , estou dando a minha opinião, a lei de reforma , permite que o Executivo crie os ~~conselhos~~ conceitos-ou conselhos convenientes , nada impede ~~que~~ o que seja criado , no conselho ~~Executivo~~ desse tipo.

Quero dar minha opinião pessoal nesse assunto:

Devemos ser muito prudente em matéria de planejamento governamental. É fora de duvidas que é uma grande utilidade, em procurar estudar esse problema , mas de uma maneira integrada . Quer dizer estudar o problema, da politica sócial , mais conveniente ao bem comum . Entegrando nesse estudo , o planejamento economico, p planejamento educacional , o planejamento cultural , et, etc. Está tudo muito certo, apenas , nos países mais ciosos da liberdade , esses estudos são desenvolvidos no setor provado . Na área das Universidades , nas áreas dos estudos, eles não são cristalizados num órgão governamental. Toda a vez <sup>que a gente admite</sup> que o governo , é responsável , - por ex. : nós estamos abdicando de uma parcela de liberdade , <sup>e</sup> precisamos saber onde para . O planejamento economico , mesmo , é uma transação necessária , todo o mundo admite , Hoje, tive ocasião de ~~xxx~~ dizer que já está superada a discussão da compatibilidade , entre o planejamento e a liberdade. Todo o mundo admite hoje , que o go-

- 7 -

verno tem uma responsabilidade de planejamento.

Em primeiro lugar em relação ao setor público, ele tem obrigação de planejar o seu próprio campo, isso ~~ninguém discute~~ ninguem ~~admite~~ discute:

Segundo, admite-se um planejamento que se chama de indicativo, .

~~Segundo, admite-se~~ Planejamento ordenativo. Admite-se, que o governo trace alguns, indique alguns rumos ao setor privado de maneira a evitar desperdício de investimentos ou duplicação de esforços, em suma desperdício de qualquer natureza. Ora, quando se trata de fazer política social, acho que nós deveríamos ser cuidadosos. Penso que uma concepção oficial deva ser. A política ~~oficial~~ social é um pouco arriscada. Só a matéria é de tamanha transcendência, quasi que não devia debater isso aqui hoje.

A decisão aí não será incerrada, pode ser criado o conselho, se assim julgado.

Pergunta:

Tenho sofrido com a administração pública. Sei que a sua intenção não é esta. Podemos situar isto no setor privado, como era na antiga Grécia. ~~Tem muito funcionário no Legislativo.~~ Não é bem <sup>isso</sup> não. Tem muito funcionário no Legislativo. Se o senhor apurar vai encontrar um ~~pleno de procurador~~ bocado de procurador lá dentro.

Eu penso que seja muito bem situado, no campo universitário. Me refiro a não levar o planejamento para o setor público, Acho que o homem do Serviço Público tem uma enorme contribuição a dar, a dar ao Brasil. Estou achando que o conselho, deve ser iniciativa do setor privado.

Não deve haver uma opinião oficial sobre o que deva ser a política social. <sup>Deve ser</sup> ~~deve~~ da opinião da comunidade, que envolvendo homens do setor ~~público~~, privado, homens públicos, universitários, o que for. E deve

- 8 -

haver muito homem público . Muito funcionário nisso . Realmente, no Brasil, no Serviço Público tem que buscar muita gente para qualquer decisão . Só tenho receio de criar , na estrutura do Serviço Público , um conselho , uma orientação ~~xxxxxxxxxxxx~~ sobre o que deva ser a política integrada . Que deve dirigir o rumo da comunidade.

Então , é melhor deixar essa coisa um pouco no âmbito privado , que vá granjear o prestígio que merece . Prestígio da Fundação G. V.

Prestígio do IPÊS .

As inscrições vão ganhando prestígio , e depois vão se credenciando a ~~xxxxxxxxxxxx~~ orientar o poder público . Talvez seja a melhor maneira ! Esse assunto é difícil.

Pergunta.

Eu sinto a necessidade do Orgão . Estou de pleno acordo, com o Sr. O meu receio é a localização , do Orgão na Estrutura do Poder Público.

Pergunta:

Penso que é um ângulo que está inteligentemente bem disposto e que abordei de leve ao declarar que nós temos tido ~~xx~~ sempre na ~~xxx~~ história republicana , um caudilismo ostensivo , muito disfarçado . Com raras e honrosas ~~interrupções~~ interrupções , que nós temos tido aqui é um governo impositivo, um governo autoritário , centralizador que ~~xxx~~ nunca desenvolveu , pelo menos na história republicana com raras interrupções , o tipo de convivência democrática . Porque a democracia é um convívio, é um treinamento diário . ~~XXXXXXXXXXXX~~ E acredito que seja verdadeira a sua . . . .

É um processo de sedimentação cultural.

- 9 -

Realmente houve tanta coisa instilada no inconciênte das populações  
brasileiras que a gente até corrigir isso leva-~~se~~ mais algum tempo .  
É mais uma dificuldade . Estou de pleno acôrdo com o sr.

~~XXXXXXXXXX~~

FIM